

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS MODERNAS
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS PORTUGUÊS/INGLÊS

KARLA ANDREA DE PAULA LEITE PEREIRA

**A CONTRIBUIÇÃO DE UM ANALISADOR AUTOMÁTICO PARA A
CARACTERIZAÇÃO DE GÊNEROS TEXTUAIS**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

CURITIBA

2018

KARLA ANDREA DE PAULA LEITE PEREIRA

**A CONTRIBUIÇÃO DE UM ANALISADOR AUTOMÁTICO PARA A
CARACTERIZAÇÃO DE GÊNEROS TEXTUAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação apresentado à disciplina de TCC 2, do curso de Licenciatura em Letras Português/Inglês da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Letras.

Orientador: Prof. Dr. Roberlei Alves Bertucci

CURITIBA

2018



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
Campus Curitiba
Departamento Acadêmico de Linguagem e Comunicação
Departamento Acadêmico de Letras Estrangeiras Modernas
Curso de Graduação em Letras Português/Inglês



TERMO DE APROVAÇÃO

A CONTRIBUIÇÃO DE UM ANALISADOR AUTOMÁTICO PARA A CARACTERIZAÇÃO DE GÊNEROS TEXTUAIS

por

KARLA ANDREA DE PAULA LEITE PEREIRA

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi apresentado em 28 de junho de 2018 como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado no curso de Letras Português/Inglês. O candidato KARLA ANDREA DE PAULA LEITE PEREIRA foi arguido pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho aprovado.

Roberlei Alves Bertucci

Professor orientador

Rossana Aparecida Finau

Membro titular

Ana Paula Pinheiro da Silveira

Membro titular

*Aos meus avós,
Valerina e Arcelino;
João e Maria (in memoriam).*

AGRADECIMENTOS

A Deus, por sua bondade, proteção e amor. Agradeço por ter me dado forças, ânimo, coragem, sabedoria e graça para finalizar mais essa etapa da minha vida.

Ao meu esposo, por me amar e apoiar durante essa caminhada, e por orar comigo nos momentos mais difíceis.

Aos meus pais, por serem minha base. Agradeço por me incentivar a ir sempre além, e por fomentar em mim o amor pelo conhecimento.

À minha irmã, por sua amizade, carinho e encorajamento.

Aos meus amigos, pelas risadas, pelos trabalhos em equipe, pelas dúvidas respondidas, pelas conversas sobre o futuro.

Ao meu orientador, pelo auxílio durante toda pesquisa, pela paciência no decorrer dos meses, pelas correções necessárias e pelo incentivo em finalizar esse trabalho. Obrigada pela confiança e dedicação.

Às professoras Rossana Aparecida Finau e Ana Paula Pinheiro da Silveira, pela gentileza e comprometimento em avaliar este Trabalho de Conclusão de Curso.

Por fim, agradeço a todos que de alguma forma contribuíram para que este trabalho se concretizasse.

*Onde, porém, se poderá achar a sabedoria? Onde habita o entendimento?
O homem não percebe o valor da sabedoria; ela não se encontra na terra dos viventes.
O abismo diz: 'Em mim não está'; o mar diz: 'Não está comigo'.
Não pode ser comprada, mesmo com o ouro mais puro, nem se pode pesar o seu preço em prata.
Não pode ser comprada nem com o ouro puro de Ofir, nem com o precioso ônix ou com safiras.
O ouro e o cristal não se comparam com ela, e é impossível tê-la em troca de jóias de ouro.
O coral e o jasper não merecem menção; o preço da sabedoria ultrapassa o dos rubis.
O topázio da Etiópia não se compara com ela; não se compra a sabedoria nem com ouro puro!
"De onde vem, então, a sabedoria? Onde habita o entendimento?
Escondida está dos olhos de toda criatura viva, até das aves dos céus.
A Destruição e a Morte dizem: 'Aos nossos ouvidos só chegou um leve rumor dela'.
Deus conhece o caminho; só ele sabe onde ela habita,
pois ele enxerga os confins da terra e vê tudo o que há debaixo dos céus.
Quando ele determinou a força do vento e estabeleceu a medida exata para as águas,
quando fez um decreto para a chuva e o caminho para a tempestade trovejante,
ele olhou para a sabedoria e a avaliou; confirmou-a e a pôs à prova.
Disse então ao homem: 'No temor do Senhor está a sabedoria, e evitar o mal é ter entendimento'.*

RESUMO

PEREIRA, Karla Andrea de Paula Leite. A contribuição de um analisador automático para a caracterização de gêneros textuais. 2018. 84 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras Português/Inglês) – Departamento Acadêmico de Linguagem e Comunicação, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

Este trabalho tem como objetivo a caracterização do gênero textual redação do Enem a partir de elementos linguísticos prototípicos (verbos, conectores, pronomes) que são utilizados com frequência em produções consideradas ideais (redações nota 1000), por meio da contribuição de um analisador automático de textos, o Tropes. Para isso, foram adotados conceitos e definições sobre gênero, tipo e sequência textual, argumentação, texto dissertativo-argumentativo e tecnologia para fundamentar a pesquisa, mediante o uso das teorias e estudos de Bakhtin (1997; 2016), Garcez (2017), Coroa (2017), Fiorin (2015), Wachowicz (2010), Bonini (2005), Antunes (2010), Barton e Lee (2015), Vargas (2009), Coulmas (2014), Araújo (2017) e Finatto (2017). Foram selecionadas 16 redações nota 1000 para serem analisadas pelo Tropes. Com essa ferramenta foi possível obter dois tipos de resultados: o primeiro individual, apresentando uma avaliação para cada redação, e o segundo coletivo, em que o aplicativo mostrou um panorama geral dos textos avaliados em conjunto. A partir desses resultados alguns dados interessantes surgiram, como a grande ocorrência de verbos factivos, que expressam ações, tanto na análise geral como na individual, podendo representar no texto o encadeamento de eventos. Com isso, as hipóteses que confirmam ser as redações do Enem um gênero com características próprias que são recorrentes em várias produções desse gênero foram corroboradas. Assim como, o emprego de uma ferramenta tecnológica digital, o Tropes, para o estudo e pesquisa de gêneros textuais se mostrou muito interessante e valioso, auxiliando o pesquisador nessa empreitada, podendo também ser aplicado em outras pesquisas ou áreas, como o ensino de língua portuguesa.

Palavras-chave: Gêneros textuais. Redação do Enem. Tropes. Tecnologia.

ABSTRACT

PEREIRA, Karla Andrea de Paula Leite. The contribution of an automatic analyzer for the characterization of text genres. 2018. 84 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras Português/Inglês) – Departamento Acadêmico de Linguagem e Comunicação, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

This work aims to characterize the textual genre Enem's writings from prototypical linguistic elements (verbs, connectors, pronouns) that are often used in productions considered ideal (writing notations 1000), through the contribution of an automatic text analyzer, the Tropes. In order that, concepts and definitions of gender, type and text sequence, argumentation, argumentative text and technology were adopted based on theories and studies of Bakhtin (1997; 2016), Garcez (2017), Coroa (2017), Fiorin (2015), Wachowicz (2010), Bonini (2005), Antunes (2010), Barton and Lee (2015), Vargas (2009), Coulmas (2014), Araújo (2017) and Finatto (2017). Sixteen (16) texts were selected to be analyzed by Tropes. With this tool, it was possible to obtain two types of results: the first individual, presenting an evaluation for each writing, and the second collective, in which the application showed an overview of the texts evaluated together. From these results, some interesting data have emerged, such as the large occurrence of factives verbs, that express actions, both in the general analysis and in the individual analysis, which can represent in the text the chaining of events. Thus, the hypotheses that confirm the Enem's writings are a genre with their own characteristics that are recurrent in several productions of this genre have been corroborated. Besides, the use of a digital technology tool, the Tropes, for the study and research s textual genres has proved very interesting and valuable, helping the researcher in this work, and can be applied in other researches or areas, such as Portuguese language teaching.

Keywords: Textual genres. Enem's writings. Tropes. Technology.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – MACROPROPOSIÇÕES DA SEQUÊNCIA NARRATIVA.....	20
FIGURA 2 – MACROPROPOSIÇÕES DA SEQUÊNCIA DESCRITIVA.....	21
FIGURA 3 – MACROPROPOSIÇÕES DA SEQUÊNCIA EXPLICATIVA.....	22
FIGURA 4 – MACROPROPOSIÇÕES DA SEQUÊNCIA EXPLICATIVA.....	23
FIGURA 5 – MACROPROPOSIÇÕES DAS SEQUÊNCIAS ARGUMENTATIVAS.....	23
FIGURA 6 – TELA INICIAL: TROPES.....	37
FIGURA 7 – ABA RESULTADOS.....	38
FIGURA 8 – ESTILO DO TEXTO.....	40
FIGURA 9 – DEFINIÇÕES DOS ESTILOS.....	41
FIGURA 10 – ENCENAÇÃO DO TEXTO.....	41
FIGURA 11 – TODAS AS CATEGORIAS.....	42
FIGURA 12 – DEFINIÇÕES DOS TIPOS DE VERBOS.....	42
FIGURA 13 – TIPOS DE CONECTIVOS.....	43
FIGURA 14 – TIPOS DE MODALIZAÇÕES.....	43
FIGURA 15 – TIPOS DE ADJECTIVOS.....	44
FIGURA 16 – EXEMPLO DE ANÁLISE DE PRONOMES.....	44
FIGURA 17 – ANÁLISE ESTILO E ENCENAÇÃO.....	48
FIGURA 18 – ESTILO GERAL DOS TEXTOS.....	48
FIGURA 19 – REFERÊNCIAS UTILIZADAS.....	49
FIGURA 20 – ANÁLISE INDIVIDUAL DAS REFERÊNCIAS UTILIZADAS.....	50
FIGURA 21 – VERBOS.....	50
FIGURA 22 – OCORRÊNCIAS DOS VERBOS.....	51
FIGURA 23 – CONECTORES.....	52
FIGURA 24 – ANÁLISE INDIVIDUAL DOS CONECTORES.....	53
FIGURA 25 – MODALIZAÇÕES.....	53
FIGURA 26 – ANÁLISE INDIVIDUAL DAS MODALIZAÇÕES.....	54
FIGURA 27 – PRONOMES.....	54

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – MARCAS LINGUÍSTICAS DO GÊNERO ARGUMENTATIVO	28
QUADRO 2 – PRINCÍPIOS DE ELABORAÇÃO DO TEXTO DISSERTATIVO- ARGUMENTATIVO DO ENEM	31
QUADRO 3 – CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO ENEM 2017	31
QUADRO 4 – SÍNTESE DOS ELEMENTOS LINGUÍSTICOS PROTOTÍPICOS EM REDAÇÕES NOTA 1000 DO ENEM	58

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – PERCENTUAIS INDIVIDUAIS DA ANÁLISE DOS VERBOS	51
--	----

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. CONCEPÇÕES QUANTO AO TIPO, GÊNERO E SEQUÊNCIA TEXTUAL: O GÊNERO DISSERTATIVO-ARGUMENTATIVO	16
2.1 GÊNERO TEXTUAL, TIPO TEXTUAL, SEQUÊNCIA TEXTUAL: O QUE SÃO? .	16
2.2 ARGUMENTAÇÃO.....	24
2.3 O GÊNERO DISSERTATIVO-ARGUMENTATIVO: A REDAÇÃO DO ENEM.....	28
3. TECNOLOGIA E FERRAMENTAS LINGUÍSTICAS: O <i>SOFTWARE</i> TROPES....	33
3.1 CONCEPÇÃO DE TECNOLOGIA	33
3.2 FERRAMENTAS LINGUÍSTICAS DIGITAIS	35
3.3 O <i>SOFTWARE</i> TROPES.....	36
4. ANÁLISE DO CORPUS: AS REDAÇÕES NOTA 1000 DO ENEM.....	46
4.1 METODOLOGIA E HIPÓTESES	46
4.2 ANÁLISE: DADOS FORNECIDOS PELO TROPES.....	47
4.3 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	55
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	60
REFERÊNCIAS.....	63
ANEXOS.....	66
ANEXO 1 - PROPOSTA DE REDAÇÃO DO ENEM 2016	66
ANEXO 2 - REDAÇÕES NOTA 1000 (1 A 16)	67
Redação 1	67
Redação 2	68
Redação 3	69
Redação 4	70
Redação 5	71
Redação 6	72
Redação 7	73
Redação 8	74
Redação 9	75
Redação 10	76
Redação 11	77
Redação 12	78
Redação 13	79

Redação 14.....	80
Redação 15.....	81
Redação 16.....	82

1. INTRODUÇÃO

A argumentação está presente em todos os gêneros textuais, em alguns com mais intensidade e em outros com menos, mas nunca é inexistente (FÁVERO; KOCH, 1987). Há alguns exemplos bem claros de gêneros com níveis de argumentação altos: uma peça publicitária de venda de algum produto ou serviço, um filho pedindo aos pais para ir numa festa (e os pais justificando por que não deixar), entre vários exemplos. Por isso, quer num gênero mais formal (publicidade), quer num mais cotidiano (conversa familiar) argumentar faz parte da atividade linguística.

No entanto, há situações em que é necessária, ou até mesmo obrigatória, a utilização da argumentação em um evento comunicativo. Um bom exemplo disso são os artigos de opinião, um gênero textual que apresenta o ponto de vista do autor sobre um determinado assunto. Nesse caso, o autor utiliza de elementos argumentativos para sustentar sua tese. Algo semelhante ocorre com as redações do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio), em que é solicitado ao estudante um texto dissertativo-argumentativo, com no máximo 30 linhas, partindo de uma situação problema (BRASIL, 2017). É este o gênero que será objeto deste trabalho.

Esses exemplos são atividades linguísticas pelas quais o ser humano se expressa, neste caso, argumenta. Tais modelos de ações linguísticas são conhecidos como gêneros do discurso, podendo ser orais ou escritos. Daí a importância de se estudar e compreender gêneros, pois são parte da vida do ser humano, em todas as esferas de interação. Sobre isso, a proposta mais conhecida para o tratamento e estudo dos gêneros é a de Mikhail Bakhtin, estudioso russo que, a partir de sua obra *Estética da Criação Verbal*, tem influenciado diversas pesquisas na área.

Para Bakhtin, os gêneros são “tipos relativamente estáveis de enunciados” (1997, p. 279), formados pelo conteúdo temático, estilo e a construção composicional, e marcados pelas especificidades da esfera em que são produzidos, ou seja, cada gênero possui características próprias que, normalmente, são observadas em diversos textos daquele gênero, o que lhes atribui um caráter singular. Nas redações do Enem, por exemplo, há algumas características exigidas, como a presença de argumentos que sustentem a tese, uma situação-problema desencadeadora, uma possível solução para ela, o uso da norma padrão da língua portuguesa, utilização de recursos coesivos, dentre outras.

Dentre os itens que compõem o texto, citados por Bakhtin, Wachowicz (2010, p. 50) destaca que o “elemento composicional do texto é o mais previsível dentre os constitutivos do

gênero”. Assim, esta pesquisa pretende verificar similaridades na composição de textos das redações do Enem, exclusivamente em redações que alcançaram a nota 1000 no ano de 2016, a partir do uso do *software* Tropes, um analisador automático de textos, buscando identificar como a ferramenta analisa essa similaridade e até que ponto há nessas redações a recorrência de elementos linguísticos, como por exemplo, verbos factivos, conectivos ou modalizadores, itens verificados pelo *software*. A partir disso, serão descritos os elementos composicionais mais prototípicos do gênero dissertativo-argumentativo, indicados pela ferramenta nessas redações, bem como sua pertinência com aquilo que o gênero, em si, exige.

Apresentar uma pesquisa com o uso de tecnologia digitais no campo da linguística é algo recente, não só porque o seu uso tornou-se mais “popular” há poucos anos, ou porque pouquíssimos são os cursos de licenciatura na área de Letras que possuem linhas de estudo e pesquisa envolvendo os meios tecnológicos. Esse panorama decorre do baixo desenvolvimento de projetos tecnológicos para a área e, em um número menor, pesquisas que estudem as funcionalidades dos *softwares* existentes e seu impacto em nosso meio.

Uma nova ferramenta tecnológica sempre causa algum tipo de impacto, positivo ou negativo, para a vida pessoal, profissional ou social do ser humano (BARTON; LEE, 2015; VARGAS, 2009). E, como a tecnologia está presente em todas essas esferas, é imprescindível que ela seja conhecida, descrita e estudada em toda a sua complexidade e funcionalidade, para assim confirmar sua utilidade e melhoria na vida do ser humano. Na área acadêmica isso não é diferente: novas tecnologias e *softwares* que auxiliam na descrição e entendimento da língua e seus usos devem ser estudados, para assim se avaliar o impacto nesse meio. Um bom exemplo disso são *softwares* como o Tropes, um programa que realiza uma análise textual e semântica de textos. No contexto atual, são poucos os programas que fazem esse tipo de trabalho, especialmente em textos extensos ou conjunto de arquivos.

O trabalho de análise de textos mais longos e em grande quantidade é realizado cotidianamente por pesquisadores e professores com objetivos diversos. Por isso, a utilização de um *software* que auxilie nesse processo é de grande valia, visto que os resultados encontrados “podem alterar o olhar do pesquisador, que deverá sempre ser crítico em relação a eles e saber interpretá-los de acordo com o seu quadro de pressupostos teóricos mais amplos, mas com economia de sua capacidade perceptivo-cognitiva.” (FERREIRA, 2007, p. 175).

Estendendo essa utilização para o cenário desta pesquisa, o uso do *software* auxiliará na descrição do gênero, com o intuito de comprovar as afirmações realizadas por Bakhtin (1997) sobre a estabilidade dos gêneros e a de outros pesquisadores (como KOCH, 2000;

WACHOWICZ, 2010) quanto às características do texto dissertativo-argumentativo exigidas por esse gênero, e que se fazem ou não presentes em suas ocorrências.

Uma amostra de análise que o Tropes faz é classificar o estilo dominante do texto, entre quatro possíveis: narrativo, descritivo, enunciativo ou argumentativo. Os conceitos e características linguísticas de cada tipo já estão programados no *software*, assim um algoritmo nativo da ferramenta analisa um texto a partir das categorias de palavras e das classes de equivalentes que aparecem com maior frequência ou quantidade, para indicar qual o estilo geral do texto. Outra funcionalidade do Tropes para pesquisas é que ele apresenta estatísticas das categorias de palavras: pode mostrar a quantidade de verbos que há no texto, definir se são factivos, estativos, declarativos ou performativos, apontar as frases em que foram empregados e apresentar qual a porcentagem de cada tipo de verbo no texto. Enfim, essa é uma ferramenta muito útil e que propicia uma análise quase integral do texto.

Com isso, este trabalho se justifica por trazer contribuições à Linguística, em especial a análise de gêneros com o apoio de ferramentas tecnológicas, evidenciando assim a utilidade, facilidade e importância desses artefatos. Da mesma forma, este projeto poderá abrir caminhos para novas pesquisas, tanto como continuação desta (utilizando o mesmo gênero e *software* para análises de diferentes elementos) como para pesquisas inéditas com o uso de outros analisadores de texto ou gêneros distintos.

A partir dessa motivação, esta monografia foi elaborada por meio da pesquisa descritiva. Assim, ela está subdividida em cinco capítulos, sendo o primeiro esta parte introdutória. No segundo, realizaremos um percurso pelas concepções teóricas que definem gênero, tipo e sequências textuais, com intuito de estabelecer os conceitos aplicados a esta pesquisa, após isso serão descritas as concepções de argumentação, seu conceito e sua aplicação na esfera do texto, a partir dos estudos de Fiorin (2015), Koch (2000), Boff, Köche e Marinello (2014), e, por fim, será traçado o conceito do gênero dissertativo-argumentativo, a redação do Enem.

O terceiro capítulo traz um levantamento teórico sobre tecnologia, bem como a possibilidade de pesquisa com novas ferramentas para a área da linguística e sua relação com os gêneros (FINATTO, 2017; ARAÚJO, 2017). Ali também será detalhado o *software* Tropes, utilizado nas análises posteriores.

O quarto capítulo conterá a exposição da metodologia e análises de algumas redações nota 1000 do Enem do ano de 2016. Essas análises procurarão demonstrar a funcionalidade do *software*, as informações obtidas com ele, e um paralelo com a teoria desenvolvida no

capítulo 2 sobre o gênero, verificando elementos linguísticos (verbos, operadores argumentativos, modalizadores) recorrentes que o compõem.

Ao final desta pesquisa, no último capítulo, uma reflexão do percurso da investigação e dos resultados obtidos até o momento será esboçada, com o intuito de concluir este trabalho, mas não esgotar a pesquisa, pois é vasto o campo de estudo, e muitas são as possibilidades de análises, especialmente no trabalho com gêneros.

2. CONCEPÇÕES QUANTO AO TIPO, GÊNERO E SEQUÊNCIA TEXTUAL: O GÊNERO DISSERTATIVO-ARGUMENTATIVO

Quando se fala em gênero textual (ou discursivo) é importante destacar alguns conceitos-chave que embasam a linha teórica seguida no decorrer da pesquisa. Daí a relevância de se iniciar esse estudo apresentando conceitos que fundamentarão as análises. Assim, a partir do tema central deste trabalho, começa-se propondo breves definições sobre gênero, tipo e sequência textual, com base nos escritos de Bakhtin (1997, 2016), Adam (1992), Fávero e Koch (1987), Bonini (2005) e Wachowicz (2010). A partir dessas concepções, serão expostos princípios sobre a argumentação contidos nos estudos de Wachowicz (2010) e Fiorin (2015). Por fim, será tratado sobre o gênero dissertativo-argumentativo das redações do Enem, a base do corpus desta pesquisa, segundo a descrição do Ministério da Educação sobre ele.

2.1 GÊNERO TEXTUAL, TIPO TEXTUAL, SEQUÊNCIA TEXTUAL: O QUE SÃO?

Devido ao grande número de estudos que tratam de gênero, tipo ou sequência textual, é possível encontrar diferentes definições para cada item. Aqui ficaremos com os ensinamentos de Bakhtin (1997; 2016), os estudos posteriores de Adam (1992) e, no Brasil, de Fávero e Koch (1987), Bonini (2005), Wachowicz (2010) e de Garcez (2017).

Para Bakhtin (1997, p. 279), os gêneros são “tipos relativamente estáveis de enunciados”. Essa parece ser uma definição bem abrangente, porém quando se leva em consideração o que são enunciados percebe-se a assertividade da declaração do autor. Pode-se afirmar isso a partir do momento que se entende enunciado como uma “unidade de comunicação discursiva” (BAKHTIN, 2016, p. 31), sendo ele a forma real de emprego da língua nos diversos campos da atividade humana. Bakhtin (2016, p. 16-17) afirma que “a língua passa a integrar a vida através de enunciados concretos (que a realizam); é igualmente através de enunciados concretos que a vida entra na língua”. Assim, cada vez que a língua é utilizada com um propósito e em condições específicas em uma esfera da vida humana, criam-se enunciados, ou gêneros. Nesse sentido, quer tratemos de gêneros do cotidiano, quer tratemos de gêneros específicos, como a redação do Enem, estamos sempre levando em conta a importância dos enunciados nas atividades interativas.

De acordo com Bakhtin (1997, p. 279), os gêneros são formados pelo conteúdo temático, estilo e a construção composicional, e marcados pelas especificidades da esfera em

que são produzidos, ou seja, cada gênero possui características próprias que normalmente são observadas em diversos textos daquele gênero, o que lhes atribui um caráter singular. Gêneros, então, são as variadas formas de ações linguísticas que ocorrem nas diversas esferas de utilização da língua. Por isso, “sempre que ocorre uma comunicação verbal oral ou escrita, ela se enquadra em um gênero” (GARCEZ, 2017, p. 53).

Como essa comunicação é naturalmente versátil, tendo um repertório variado, os gêneros também assumem essas mudanças, tornando-os em um acervo diversificado de possibilidades, eles “surgem, desaparecem e misturam-se, constituindo uma lista infinita de possibilidades discursivas” (GARCEZ, 2017, p. 53), visto que a interação e comunicação nas diversas áreas da sociedade podem ocorrer de muitas formas. Sobre isso, Bakhtin (1997, p. 279) declara que “a riqueza e a variedade dos gêneros do discurso são infinitas, pois a variedade virtual da atividade humana é inesgotável, e cada esfera dessa atividade comporta um repertório de gêneros do discurso que vai diferenciando-se e ampliando-se à medida que a própria esfera se desenvolve e fica mais complexa”. Desse modo, a multiplicidade de gêneros que vão sendo formados, desenvolvidos, modificados (tornando-se mais simples ou complexos) ou caindo em desuso ao longo do tempo demonstra seu caráter flexível, multiforme, dinâmico e variante.

Contudo, apesar dessa variabilidade, ainda são relativamente estáveis, com características próprias que os diferenciam e os tornam singulares. Ao longo da vida, o ser humano vai assimilando, conhecendo, aprendendo e utilizando os diversos gêneros, percebendo assim sua construção, padronização, estabilidade e aplicação. Daí provém seu caráter diversificado e, ao mesmo tempo, estável. “Se os gêneros dos discursos não existissem e nós não os dominássemos, se tivéssemos que criá-los pela primeira vez no processo do discurso, de construir livremente cada enunciado e pela primeira vez, a comunicação discursiva seria quase impossível” (BAKHTIN, 2016, p. 39). Ou seja, para Bakhtin, a comunicação é materializada (ou possibilitada) pela existência de gêneros que servem a propósitos específicos.

Diferentemente dos gêneros, os tipos textuais não possuem essa grande gama de possibilidades de ocorrências, seu número restrito constitui-se em uma lista de seis categorias (argumentativo, descritivo, narrativo, expositivo, injuntivo e preditivo), na proposta de Fávero e Koch (1987). Eles podem ser entendidos como a caracterização de um gênero a partir da predominância de uma determinada sequência textual, tendo a nomenclatura da sequência dominante. Sobre isso, Fávero e Koch (1987, p. 09) afirmam que

qualquer tipificação só pode ser feita em termos de dominância, já que dificilmente se apresentam tipos textuais puros [podemos afirmar também que dificilmente há gêneros textuais puros]. Comumente combinam-se, no mesmo texto, sequências narrativas, descritivas, expositivas etc, mais ou menos extensas e homogêneas.

Os tipos textuais são caracterizados majoritariamente por questões linguísticas, como os aspectos lexicais, as sequências sintáticas, a variação dos tempos verbais (ANTUNES, 2010), o que os diferencia dos gêneros, que possuem um estilo, uma composição, um tema. Quando se fala dessa categoria, trata-se do aspecto “macro”, ou seja, o texto como um todo pertencente a uma determinada categoria, devido ao grande número de sequências dessa categoria presentes no texto, Garcez (2017, p. 55) sustenta que “geralmente há um tipo textual predominante que contribui para permitir que o texto seja classificado como exemplar de um determinado gênero”. Antunes (2010, p. 72), sobre isso enfatiza que os tipos “são definidos por propriedades linguísticas e não são propriamente textos empíricos [...]. Quer dizer, uma descrição não constitui um exemplar concreto de texto que circula em um determinado grupo social. O que existe, o que circula, são gêneros”, destacando assim a diferença do tipo textual para o gênero, na qual o primeiro é uma característica predominante do segundo.

Assim, neste trabalho quando se fala em tipo, por exemplo o argumentativo, está se assumindo que um determinado texto (ou gênero) tem um elevado número de sequências argumentativas, o que o caracteriza como argumentativo. As sequências, como será visto a seguir, tratam de um aspecto mais específico do gênero, levando em consideração características como a composição e estrutura linguística. Contudo, é importante frisar que as características que definem um gênero como argumentativo são análogas àquelas que compõem uma sequência, as quais veremos a seguir, por isso utilizaremos também os conceitos de Fávero e Koch quanto à caracterização da sequência mais à frente.

Quanto às sequências, baseados nos estudos de Jean-Michel Adam, vários pesquisadores fundamentaram suas teorias na noção de sequência textual descrita por ele. O conceito utilizado nesta pesquisa se associa aos estudos de Wachowicz (2010), em seu livro *Análise linguística nos gêneros textuais*, no qual explora também as sequências textuais propostas por Adam. Assim como em alguns escritos de Bonini (2005), sobre o mesmo tema, no livro *Gênero: teorias, métodos, debates*.

Assentado na máxima de Bakhtin sobre gêneros, “tipos relativamente estáveis de enunciados”, Adam desenvolveu sua teoria sobre as sequências textuais, sendo elas entidades de construção textual (pode-se dizer uma subdivisão do elemento composicional elencado por Bakhtin), relativamente fixas, tendo um caráter sociocognitivo. Primeiro, porque tal caráter é resultado da habilidade cognitiva do ser humano em categorizar; e, segundo, por ter uma

natureza sociocultural, um produto cultural da sociedade – indo também ao encontro aos estudos de Bakhtin (WACHOWICZ, 2010).

Para Adam (1992), uma sequência é constituída por macroposições (partes de texto estruturantes), que por sua vez são formadas por n proposições (sentenças). Assim, ao mesmo tempo que são independentes, tendo uma certa autonomia, são dependentes e se encaixam formando unidades maiores (o texto). As sequências estão presentes em todos os gêneros, elas são relativamente estáveis, maleáveis, formas prototípicas e que se adaptam ao conteúdo da interação e do gênero (BONINI, 2005).

Uma outra característica interessante das sequências é que elas “são atualizadas no texto mediante as exigências pragmáticas de enunciado” (BONINI, 2005, p. 218), podendo um texto ter uma sequência dominante e outras que se adequam a ela, conforme a necessidade do gênero.

Segundo Adam (1992, p. 28), todas as sequências são “originais”, mas cada uma compartilha características linguísticas que levam o leitor a identificar qual é a sequência utilizada, podendo ser mais ou menos típica/canônica. Isso possibilita confirmar a estabilidade da sequência e, por conseguinte, do gênero.

A partir dessa definição, Adam (1992, p. 30) enumera cinco sequências prototípicas: narrativa, descritiva, argumentativa, explicativa e dialogal. A seguir, apresentaremos brevemente tais sequências citadas pelo autor; no entanto, em virtude de o assunto central desta pesquisa ser a descrição dos elementos linguísticos que compõem o texto dissertativo-argumentativo do Enem, nos deteremos com mais profundidade na sequência argumentativa.

A começar pela sequência narrativa, uma das mais estudadas em relação a sua estrutura composicional (WACHOWICZ, 2010), especialmente devido aos textos clássicos, ela possui seis características levantadas por Adam no livro *Les textes: types et prototypes* (1992), baseados nos estudos de Bremond sobre narrativas. Adam coloca os seguintes constituintes da narrativa (ADAM, 1992; BONINI, 2005; WACHOWICZ, 2010):

- Sucessão de eventos: um evento como consequência de outros eventos, uma cadeia de eventos em ordem temporal;
- Unidade temática: Os eventos dirigem-se a uma unidade, relacionando-se entre si, com um personagem central, do qual partirá a narrativa;
- Predicados transformados: a mudança de um personagem ao final da história;
- Processo: um arranjo de acontecimentos, no qual há uma situação inicial, uma transformação e uma situação final, um começo, meio e fim;

- **Intriga:** um acontecimento, um conflito que garante um caráter dramático à narrativa, não sendo apenas uma sucessão de fatos;
- **Moral:** uma reflexão/avaliação ao final da história, pode estar implícito no decorrer da história. É também o aspecto da sequência que mais é alterado quando ela está dentro de outros gêneros, por se adequar a forma hierárquica superior.

Logo, essas características são os aspectos que compõem as macroproposições da sequência narrativa. O esquema dessa sequência contém cinco macroproposições, são elas: situação inicial > complicação > ações > resolução > situação final > “moral”. As macroproposições internas (complicação, ação e resolução) são as que predominantemente caracterizam a sequência, visto que a ação ocorre prioritariamente nelas (BONINI, 2005).

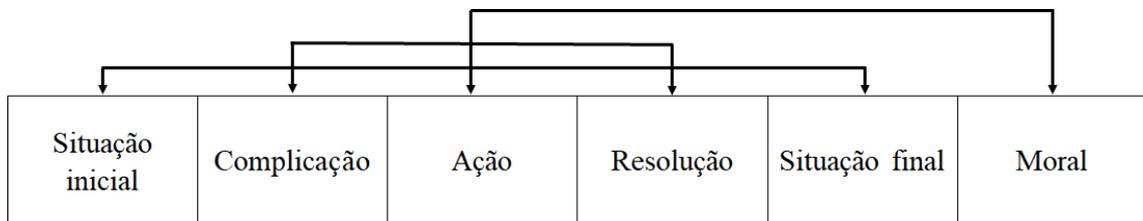


FIGURA 1 – MACROPROPOSIÇÕES DA SEQUÊNCIA NARRATIVA
 FONTE: Adaptado de Wachowicz, 2010.

Outra sequência é a descritiva, que, diferentemente da anterior, não possui aspectos concretos que possam ser ordenados facilmente, como a narração. Em caráter amplo, seu objetivo é o “levantamento de propriedades qualificativas sobre os indivíduos - concretos e abstratos” (WACHOWICZ, 2010, p. 69), o detalhamento dos aspectos característicos de algo, daí surge o seu caráter abstrato, ou não tão concreto.

Com base nisso, Adam propõe que a sequência da descrição seja formada em três partes: 1ª) ancoragem, introdução do tema (apresentação do objeto a ser descrito); 2ª) separação das propriedades do objeto, podendo ocorrer pela aspectualização (elencando os aspectos do objeto) ou pela relação (evidenciando a relação entre as partes que foram separadas na aspectualização); e, 3ª) reformulação, na qual retoma-se o tema central, porém com uma nova visão do objeto (BONINI, 2005; WACHOWICZ, 2010). Com isso, o esquema da sequência, de forma simplificada, fica com esta aparência:

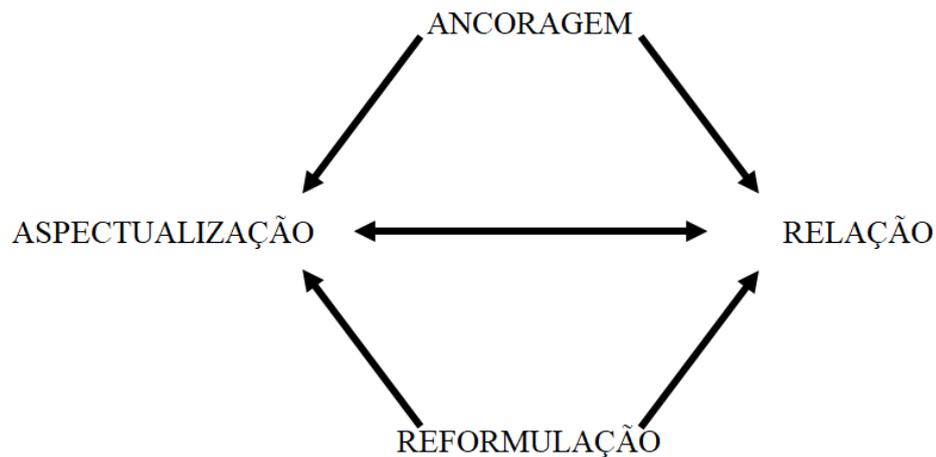


FIGURA 2 – MACROPROPOSIÇÕES DA SEQUÊNCIA DESCRITIVA
 FONTE: Adaptado de Wachowicz, 2010.

A próxima sequência proposta por Adam (1992) é a explicativa, a qual tem por objetivo justificar um fato, especialmente por meio da relação de causa. Às vezes, é possível confundi-la ou tentar denominá-la como descritiva ou argumentativa, porém ela se distingue da primeira porque os fatos se justificam um pelo outro (na descrição não há esse fenômeno, nem na aspectualização nem na relação), e da segunda por não ter um caráter persuasivo, não tentando ao final convencer o leitor de algo (BONINI, 2005; WACHOWICZ, 2010).

Essa sequência “exibe uma característica discursivo-pragmática bastante peculiar: é uma sequência em que os interlocutores (ou suas vozes) são o mais ideologicamente neutros” (WACHOWICZ, 2010, p. 81). Assim, ela se distingue da sequência argumentativa e se firma como um produto concreto, com uma estrutura prototípica, com o propósito de “construir o desenho claro de uma ideia” (BONINI, 2005, p. 223).

As macroproposições da sequência explicativa são quatro: esquematização inicial, na qual o tema é apresentado; problema, em que se lança uma questão sobre o tema (exemplificado pelo “por que” interrogativo); a resposta, na qual há a explicação (simbolizado pelo “porque” explicativo); e, por fim, a conclusão, que objetiva um estado de conhecimento, e não uma mudança ou modificação de uma opinião. Essas macroproposições podem ser vistas na figura 3.

Macroproposição explicativa 0	Macroproposição explicativa 1	Macroproposição explicativa 2	Macroproposição explicativa 3
Esquemática inicial	Problema Questão: Por que...?	Explicação Resposta: Porque...	Conclusão

FIGURA 3 – MACROPROPOSIÇÕES DA SEQUÊNCIA EXPLICATIVA
 FONTE: Adaptado de Wachowicz, 2010.

A próxima sequência é a dialogal, presente principalmente nos gêneros orais (diálogos), pois prevê mais de um interlocutor e a alternância de turnos entre eles. Na escrita é mais difícil de ocorrer, podendo aparecer em gêneros ficcionais com representações de diálogos, contudo, atualmente, com o surgimento e popularidade das redes sociais, os comentários podem ser um gênero formado por sequências dialogais, visto o caráter informal e conversacional que essas mídias possuem, assim como a presença e alternância de turnos entre os interlocutores. Essa sequência, muitas vezes tida como instável ou sem uma estrutura aparente, adquire uma previsibilidade na teoria de Adam, por exemplo a alternância entre os falantes é uma característica que garante uma certa estabilidade a essa sequência, visto que é um aspecto que pode ser avaliado. Ao comentar essa sequência de Adam, Wachowicz (2010, p. 88) considera que a estrutura é dada pela composição do tipo e menos por sua sequência temática.

Isso se justifica por um pressuposto básico: o diálogo estrutura seus componentes temáticos por algum tipo de ligação. [...] mesmo se os turnos se interpõem numa aparente desorganização de conteúdo, o diálogo se encarrega de reorganizá-lo, configurando uma unidade interacional.

Essa característica do diálogo permite sua descrição unificada a partir da teoria de Adam. Assim, essa sequência pode ser subdividida em sequência fática e sequência transacional. A primeira diz respeito ao início e fim do diálogo (1: Oi; 2: Oi ...; 1: Tchau; 2: Tchau), no entanto como isso pode variar de uma cultura para outra, ela pode ser omitida (WACHOWICZ, 2010). A segunda é o corpo da interação, “onde está realmente a razão do ato comunicativo” (BONINI, 2005, p. 225). Normalmente elas são ordenadas em pergunta/resposta/comentário/acordo (ou não com o comentário), podendo ser encadeadas semanticamente ou pragmaticamente. Logo, as macroproposições das sequências dialogais têm a seguinte forma:

Sequência fática de abertura	Sequências transacionais		Sequência fática de encerramento
	Sequências semanticamente encadeadas	Sequência pragmaticamente encadeadas	

FIGURA 4 – MACROPROPOSIÇÕES DA SEQUÊNCIA EXPLICATIVA

FONTE: Adaptado de Wachowicz, 2010.

Por fim, está a sequência argumentativa. Retomando conceitos da Retórica Clássica para fundamentar o argumentar e a estrutura da sequência, Adam propõe a sua visão do que é a argumentação e como isso é aplicado à sequência argumentativa.

Segundo Adam (apud WACHOWICZ, 2010, p. 92), a argumentação é a “busca da adesão de um auditório/ouvinte a uma tese, cujas vozes e juízos fazem-se pressupostos, através de três etapas: a observação dos fatos, a construção de inferências sobre eles e a construção de uma nova tese”. Assim, uma sequência argumentativa é formada por macroproposições que atendem a esse objetivo (Figura 5).

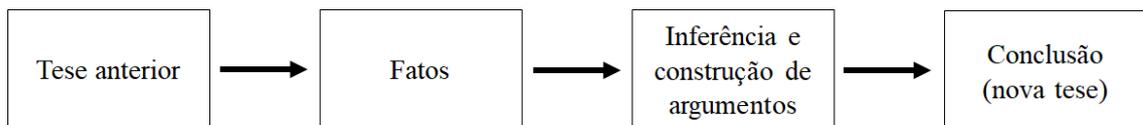


FIGURA 5 – MACROPROPOSIÇÕES DAS SEQUÊNCIAS ARGUMENTATIVAS

Fonte: Adaptado de Wachowicz, 2010, p. 92.

Nessa sequência, a tese anterior é a afirmação que será confirmada ou refutada ao final. Os fatos são as premissas, tomadas como verdadeiras, sobre as quais os argumentos e as inferências são construídos, direcionando-se à conclusão, à formação de uma nova tese (BONINI, 2005; WACHOWICZ, 2010).

Esse esquema prototípico apresentado por Adam está presente em qualquer linha argumentativa, seja em um gênero propriamente argumentativo, ou em outros nos quais a argumentação esteja presente, mas não com predominância, pois, como já citado aqui, não há gêneros puros. Para o pesquisador, esse protótipo não é fixo, ou linear, podendo ter dois objetivos: justificar (a favor do discurso, utilizando argumentos que reforcem a tese anterior) ou refutar uma tese e/ou certos argumentos (utilizando argumentos que levem a uma posição contrária), “esse modelo de raciocínio ‘é um verdadeiro esquema de refutação/apoio dos

enunciados característicos da sequência argumentativa” (ADAM, 2001, p. 107 apud WACHOWICZ, 2010, p. 93).

Para melhor entendimento da sequência argumentativa, especialmente com o intuito de analisá-la mais à frente, o próximo tópico é dedicado exclusivamente à teoria da Argumentação, seus princípios e características.

2.2 ARGUMENTAÇÃO

Um ato linguístico fundamental nas interações sociais é o argumentar (BOFF; KÖCHE; MARINELLO, 2014; FIORIN, 2015), visto que há uma ideologia, ou sentido, por trás do discurso. A argumentação está presente em todos os gêneros textuais, em alguns com mais intensidade e em outros com menos, mas nunca é inexistente (FÁVERO; KOCH, 1987; FIORIN, 2015). Bakhtin (1997, p. 316) já apresentava essa ideia em seus estudos quando esboçava a teoria do Dialogismo:

O enunciado deve ser considerado acima de tudo como uma resposta a enunciados anteriores dentro de uma dada esfera (a palavra “resposta” é empregada aqui no sentido lato): refuta-os, confirma-os, completa-os, baseia-se neles, supõe-nos conhecidos e, de um modo ou de outro, conta com eles. Não se pode esquecer que o enunciado ocupa uma posição definida numa dada esfera da comunicação verbal relativa a um dado problema, a uma dada questão, etc. Não podemos determinar nossa posição sem correlacioná-la com outras posições. E por esta razão que o enunciado é repleto de reações-respostas a outros enunciados numa dada esfera da comunicação verbal.

Bakhtin demonstra em sua fala que a reação a um outro enunciado é carregada de algum propósito, seja ele de negar, ou refutar (usando as palavras dele), apoiar, complementar etc., conseqüentemente, para realizar essas reações-respostas é necessária uma boa dose de argumentação. Por exemplo, quando se baseia em um comentário anterior, a pessoa está o utilizando como argumento para fundamentar seu novo comentário. Enquanto Bakhtin argumentou sobre o enunciado e o dialogismo, deixando de lado questões específicas como argumentação no discurso, Ducrot, por sua vez, propôs uma discussão mais aprofundada sobre a retórica na argumentação.

Desde os primeiros estudos, Ducrot (1987) ressalta que o fenômeno da argumentatividade está presente no “componente retórico” e no “componente linguístico”. Para ele, a argumentação pertence ao domínio pragmático-semântico, já que é construída a partir da junção da frase (componente puramente linguístico) e da enunciação (componente retórico), formando assim o enunciado, ato de fala carregado de sentido. Conforme os

avanços dos seus estudos, e o desenvolvimento das teorias da enunciação e da polifonia, algumas definições foram se modificando, contudo, essas pesquisas iniciais são extremamente importantes e relevantes ao estudo aqui desenvolvido.

Já na tradição retórica, lembrando os estudos de Aristóteles e outros autores da retórica clássica, a argumentação era estratégias discursivas com a finalidade de persuadir o auditório, por isso a retórica era a “arte de persuadir”. Essa concepção ainda é a base para diversos estudos e definições de argumentação. Abreu (2001, p. 25 apud BOFF; KÖCHE; MARINELLO, 2014, p. 59) afirma que “argumentar é a arte de convencer e persuadir; convencer pressupõe gerenciar as informações de modo a demonstrar e provar”. Na mesma linha, Perelman (1988, p. 23 apud BOFF; KÖCHE; MARINELLO, 2014, p. 33) realça que “a argumentação objetiva provocar ou aumentar a adesão do interlocutor às teses apresentadas”. A já citada concepção de Adam (1992) sobre a argumentação também segue essa linha de pensamento.

A argumentação está presente no discurso por meio de determinados aspectos linguísticos, isso porque eles são partes integrantes do todo, uma vez que o texto em si é uma única argumentação. Especialmente no texto escrito, esses aspectos são mais facilmente evidenciados, sendo que alguns deles são predominantemente encontrados em gêneros da ordem do argumentar, como artigos de opinião, propaganda, dissertação escolar, redação do Enem. Desde a estrutura, as técnicas de argumentação, até o uso de conectivos, a apropriação de elementos da língua no texto tem o papel de sustentar a ideia central ou uma opinião, destacar argumentos e, por fim, convencer/persuadir o leitor.

É mister ressaltar que na esfera do texto

temos que assegurar uma sequência da qual resulte a unidade, a coerência, linguística e pragmática, pretendida. Por vezes, uma palavra que aparece no primeiro parágrafo já aponta para a direção argumentativa assumida e, assim, condiciona o sentido de uma outra [palavra] que consta bem mais adiante. (ANTUNES, 2010, p. 47).

Logo, todos os elementos em um texto estão encadeados e complementam um ao outro, fazendo com que o texto cumpra seu objetivo, seja comunicar, vender ou, neste caso, assumir uma posição perante um tema. Assim os aspectos aqui explicitados são de grande importância na análise e descrição do gênero, visto que eles constroem o texto.

Uma característica essencial da ordem do argumentar são os tipos de argumentos que existem. Fiorin, no livro *Argumentação* (2015), lista uma série de argumentos presentes na língua, separando-os em “argumentos quase lógicos”, “argumentos fundamentados na

estrutura da realidade” e “argumentos que fundamentam a estrutura do real”.¹ Levando em consideração o objetivo desta pesquisa, não nos deteremos nesse aspecto da argumentação, pois, apesar de existirem possibilidades de analisar os tipos de argumentos a partir de um *software* de análise semântica (como o Tropes), é muito complexo encontrar evidências apontadas pelo *software* na estrutura linguística do texto que definiriam algum tipo de argumento específico. Eventualmente, seria possível relacionar a presença de verbos declarativos ao argumento de autoridade, por exemplo; contudo essa análise necessitaria de delimitações sobre aspectos contextuais e extralinguísticos, o que demandaria uma pesquisa exclusiva, fora do escopo deste trabalho.

Com vistas à estrutura base em gêneros dessa ordem, pode-se afirmar que há uma frequente previsibilidade, sendo que sua disposição começa pela apresentação da tese, dos argumentos e da conclusão/solução (podendo em alguns casos ser subvertida essa ordem). Para isso, o tempo verbal que predomina é o presente do indicativo, visto que ele possibilita tecer comentários, opiniões sobre um assunto ou facilita a outros essa tarefa. Koch, em seu livro *Argumentação e Linguagem*, dá um exemplo do uso dessa forma verbal:

[...] embora normalmente se conte uma história no pretérito (imperfeito ou perfeito simples), no seu resumo empregar-se-á o presente [...]. Porque o resumo de uma novela, de um conto, de um filme, serve de base, habitualmente, para se fazer a crítica [...]. É por esta razão, também, que as manchetes de jornal apresentam geralmente o verbo no presente [...]: é a partir dela que se lerá o comentário. É através dela que se solicita a atenção do leitor. (KOCH, 2000, p. 39).

É importante lembrar que dentro de um texto predominantemente argumentativo, diferentes sequências textuais podem aparecer, como a narrativa, a descritiva, entre outras. Normalmente, elas são utilizadas como argumentos ou contra-argumentos da tese. Isso pode ser visto, por exemplo, no gênero *resenha de filmes*, no qual o autor utiliza sequências descritivas, narrativas e argumentativas para formar o texto, mesmo tendo ele principalmente um caráter argumentativo.

Na construção dos gêneros dessa ordem, algumas técnicas argumentativas também estão presentes, como a inferência, a pressuposição, a ambiguidade, a vagueza, a utilização de provérbios ou ditos populares. Esses recursos podem ser utilizados como argumentos em si ou desencadear/articular uma argumentação. Alguns deles também podem auxiliar em garantir a coerência e a progressão do texto (KOCH, 2000).

¹ Os estudos de Fiorin sobre argumentação baseiam-se nas pesquisas de Perelman e Olbrechts-Tyteca, especialmente o livro *Tratado de argumentação: a nova retórica*. A pesquisadora Teresa Wachowicz (2010) faz uma análise da argumentação seguindo essa mesma perspectiva.

Por último, há elementos linguísticos que são muito importantes para o desenvolvimento e a organização lógica do texto, são os operadores argumentativos e os modalizadores. Esses recursos

além de promoverem a articulação entre as partes do texto, contribuem para o estabelecimento de relações discursivo-argumentativas, quando se trata de um texto dissertativo-argumentativo como o exigido em exames como o Enem (AQUINO, 2017, p. 216).

Os modalizadores “revelam sua [do escritor] atitude perante o enunciado [e/ou receptor] que produz” (KOCH, 2000, p. 36), permitindo ao autor do texto assinalar a distância ou engajamento em relação ao que é dito. Isso pode ser visto por meio do uso de advérbios, dos tempos e modos verbais, de algumas expressões (“é provável”, “é certo”, “faz-se necessário”, “infelizmente”), dentre outros.

Já os operadores argumentativos organizam as relações entre os segmentos do texto e estabelecem o “encadeamento dos enunciados, estruturando-os em texto e determinando sua orientação discursiva” (KOCH, 2000, p. 36), responsáveis assim por sua direção argumentativa. O uso adequado dos operadores possibilita desenvolver um texto coeso e coerente. Há diversos tipos desses elementos na língua, dentre eles pode-se citar os de adição (*e, ainda*), oposição (*mas, porém, contudo, todavia*), explicação (*porque, pois, já que*), causa/consequência (*visto que, devido a, em razão de*) e conclusão (*portanto, então, por isso, logo*).

É possível fazer uma comparação entre os elementos linguísticos destacados por Koch (1987, 2000), descrevendo o tipo argumentativo, em relação aos elementos citados por Adam (1992) em suas análises. O autor não tem profundidade na análise deles, porém em seus exemplos e explicações ele se utiliza deles para demonstrar a sequência argumentativa. Pode-se perceber uma aproximação entre a utilização de elementos linguísticos presentes nos enunciados argumentativos (Quadro 1).

Gêneros argumentativos – marcas linguísticas	
KOCH	ADAM
Tipo	Sequência
Verbos presente do indicativo	Verbos presente, imperativo e futuro
Operadores argumentativos (conectivos, quantificadores)	Operadores argumentativos (conectivos)
Modalizadores (advérbios, expressões modalizadoras)	Modalizadores (advérbios)

QUADRO 1 – MARCAS LINGUÍSTICAS DO GÊNERO ARGUMENTATIVO

FONTE: A autora, adaptado de Koch (1987, 2000) e Adam (1992).

É interessante destacar que esses elementos apresentados são apenas alguns que podem caracterizar um texto como pertencente a ordem do argumentar. Isso porque, como já ressaltado anteriormente, a argumentação é intrínseca ao discurso. No gênero dissertativo-argumentativo do Enem, ela é item indispensável para construir um texto que seja digno de receber nota máxima (1000), assim essas características devem e estão presentes nesses textos. A partir disso, pode-se agora definir e conceituar o que é o gênero dissertativo-argumentativo do Enem.

2.3 O GÊNERO DISSERTATIVO-ARGUMENTATIVO: A REDAÇÃO DO ENEM

Apesar de ser algo muito comentado, discutido e utilizado nos dias de hoje, o gênero dissertativo-argumentativo não é simples de se delimitar e descrever. Primeiramente, porque a característica em ser dissertativo é algo muito amplo, que pode abranger uma série de definições, especialmente no ambiente escolar. Maria Luiza Coroa (2017, p. 67) afirma que

é frequente que o nome dissertativo seja usado para classificar um tipo que não faça a distinção entre expositivo e argumentativo. Nas práticas escolares é mais comum vermos o tipo dissertativo abranger tanto características do tipo expositivo quanto do argumentativo.

A autora afirma isso porque é comum encontrarmos em um mesmo gênero exemplos de outros tipos. Mais especificamente, esses dois, expositivo e argumentativo, podem ser confundidos por terem características semelhantes, contudo o propósito comunicativo de cada um é diferente. No primeiro, expositivo, o objetivo é tornar conhecido ao leitor ideias, informações, fatos, conceitos; o que é muito parecido com o tipo descritivo, mas a autora faz

uma distinção entre os dois, sendo que este é utilizado para pessoas e situação, e aquele para ideias ou fenômenos (COROA, 2017).

Sírio Possenti (2017, p. 110) sustenta que “as avaliações públicas (vestibulares, Exame Nacional do Ensino Médio – Enem...) e mesmo as escolas, investem predominantemente na dissertação. É o tipo de texto escolar mais praticado”. Contudo, isso pode trazer uma noção equivocada do gênero, apagando ou suprimindo os aspectos que fazem dele um enunciado concreto. É preciso ter em mente que se o texto tem o objetivo de expor ideias e conceitos sem o ideal de persuasão, ele é um texto expositivo.

Já no segundo, argumentativo, a finalidade é a partir de uma tese convencer, provar ou persuadir, esse texto é o dissertativo-argumentativo. Para Coroa (2017, p. 69), esse texto também tem o objetivo “de dar a conhecer alguma coisa ao leitor – informá-lo ou ensiná-lo –, como também pretende o tipo expositivo, mas o tipo argumentativo busca mais: visa convencer o leitor sobre a verdade dos sentidos que constrói”, essa verdade é a opinião assumida no texto, a tese, que é construída ao longo do caminho a partir de argumentos que sustentem a posição escolhida, por meio do encadeamento lógico de ideias, fatos, exemplos, dados, que apontam para a direção argumentativa selecionada. Logo, o texto que encontramos nas redações do Enem é claramente dissertativo-argumentativo, o que pode ser comprovado, dentre outras coisas, pela proposta de redação contida na prova de cada ano. Um exemplo disso é a proposta do ano de 2016 (Anexo 1), na qual detalha ao candidato que a redação deve selecionar, organizar e relacionar, de maneira coesa e coerente, “argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista” (BRASIL, 2017, p. 28).

A redação do Enem consiste em um gênero que possui aspectos e padrões que a caracterizam como tal. Ela possui um conteúdo temático, uma estrutura composicional (suficientemente clara e estável) e um estilo (mesmo este sendo individual, exclusivo de cada participante, mas não é inexistente), atendendo às características de gêneros relatadas por Bakhtin (1997). Esse gênero acontece em uma determinada situação sociodiscursiva (uma esfera da atividade humana): a realização de um exame. Bakhtin (1997, p. 279) afirma que o

enunciado reflete as condições específicas e as finalidades de cada uma dessas esferas, não só por seu conteúdo (temático) e por seu estilo verbal, ou seja, pela seleção operada nos recursos da língua — recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais —, mas também, e sobretudo, por sua construção composicional.

Mesmo não sendo um modelo único, há regularidades que estão presentes nas redações há alguns anos, como por exemplo o limite de linhas que é no máximo 30, ou a construção do texto que, de acordo com as especificações do edital, deve conter uma proposta

de solução para a situação-problema (BRASIL, 2017). Por isso, este projeto se valerá desse gênero textual para descrever elementos linguísticos recorrentes que caracterizam o texto dissertativo-argumentativo.

A finalidade desse gênero é verificar se o candidato é capaz de estruturar um texto a partir de uma situação-problema apresentada na proposta de redação, no qual ele defenda a sua tese e, ao final do texto, sugira uma proposta de solução para o problema exposto. Espera-se que “o participante escreva um texto dissertativo-argumentativo, que é o tipo de texto que demonstra a verdade de uma ideia ou de uma tese por meio de argumentação. É mais do que uma simples exposição de ideias [...]” (BRASIL, 2017, p. 15).

Em cartilha divulgada no mês de outubro de 2017, pelo MEC, aos candidatos, salienta-se que

nessa redação, você deverá defender uma tese – uma opinião a respeito do tema proposto –, apoiada em argumentos consistentes, estruturados com coerência e coesão, formando uma unidade textual. [...] Você deverá, também, elaborar uma proposta de intervenção social para o problema apresentado no desenvolvimento do texto que respeite os direitos humanos. (BRASIL, 2017, p. 9)

Tal orientação já demonstra o objetivo do texto, a defesa de um ponto de vista, assim como já apresenta ligeiramente a estrutura do gênero, que deve conter uma temática, argumentos e, ao final, uma proposta para a situação-problema que ampara a tese.

Esse gênero possui um traço muito importante, o encadeamento e a articulação lógica de ideias, isto é, os argumentos. Para isso se utiliza de elementos linguísticos como a seleção lexical (utilização de elementos significativos ao tema, por exemplo), o uso de conectivos (de finalidade, de justificativa, proporcionando uma sequenciação e direcionamento argumentativo) e a relações lógicas (como condição; causa e consequência) ou exemplos como argumentos (COROA, 2017).

Sobre sua estrutura, nessa mesma cartilha há um quadro que detalha os princípios de estruturação que devem seguir esse gênero:

<p>I – Apresentar uma tese, desenvolver justificativas para comprovar essa tese e uma conclusão que dê fecho à discussão elaborada no texto, compondo o processo argumentativo (ou seja, apresentar proposição, desenvolvimento e conclusão).</p>	<p>TESE – É a ideia que você vai defender no seu texto. Ela deve estar relacionada ao tema e apoiada em argumentos ao longo da redação.</p> <p>ARGUMENTOS – É a justificativa para convencer o leitor a concordar com a tese defendida. Cada argumento deve responder à pergunta “por quê?” em relação à tese defendida.</p>
<p>II – Utilizar estratégias argumentativas para expor o problema discutido no texto e detalhar os argumentos utilizados.</p>	<p>ESTRATÉGIAS ARGUMENTATIVAS – São recursos utilizados para desenvolver os argumentos, de modo a convencer o leitor:</p> <ul style="list-style-type: none"> • exemplos; • dados estatísticos; • pesquisas; • fatos comprováveis; • citações ou depoimentos de pessoas especializadas no assunto; • pequenas narrativas ilustrativas; • alusões históricas; e • comparações entre fatos, situações, épocas ou lugares distintos.

QUADRO 2 – PRINCÍPIOS DE ELABORAÇÃO DO TEXTO DISSERTATIVO-ARGUMENTATIVO DO ENEM

FONTE: Redação do Enem 2017 – Cartilha do participante (BRASIL, 2017, p. 18).

Por meio desses princípios, pode-se perceber, por exemplo, a indicação de usos de alguns tipos de argumento, como o “argumento de autoridade”. Isso mostra também a relativa estabilidade do gênero que é exigida, pois a redação ideal é aquela que segue esses critérios. Tratando de critérios de avaliação propriamente ditos, o Enem possui cinco competências para avaliar as redações, são os seguintes:

Competência 1:	Demonstrar domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa.
Competência 2:	Compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento para desenvolver o tema, dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo em prosa.
Competência 3:	Selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista.
Competência 4:	Demonstrar conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação.
Competência 5:	Elaborar proposta de intervenção para o problema abordado, respeitando os direitos humanos.

QUADRO 3 – CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO ENEM 2017

FONTE: Redação do Enem 2017 – Cartilha do participante (BRASIL, 2017, p. 8).

A partir desses critérios e da estrutura sugerida, é possível inferir que as redações, apesar de serem escritas por diferentes pessoas, com diferentes pontos de vista sobre o tema sugerido, diferentes experiências e conhecimento de mundo, podem possuir elementos prototípicos e que são recorrentes em sua maioria, desde elementos puramente linguísticos, como o uso de conectores para organizar e relacionar as ideias e/ou argumentos, até elementos argumentativos, como o uso de determinados tipos de argumentos ou relações lógicas entre eles.

Todas essas particularidades podem evidenciar o alto grau de estabilidade desse gênero. Ainda assim, será que uma ferramenta tecnológica pode comprovar a hipótese? Um *software* pode reconhecer o elevado número de operadores argumentativos, por exemplo, aspecto praticamente obrigatório nesses textos, em redações que receberam a nota máxima, sendo consideradas exemplos “ideais” desse gênero? De acordo com as especificações do *software* Tropes, sim. Mas, para garantir isso, é necessário que nos debruçemos a partir daqui, com mais profundidade, no campo da tecnologia e, mais especificamente, na compreensão do *software* que será utilizado.

3. TECNOLOGIA E FERRAMENTAS LINGUÍSTICAS: O *SOFTWARE* TROPES

É inegável o ritmo avançado das inovações tecnológicas nesta Era: celulares, carros e até casas inteligentes já foram desenvolvidas. As Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), em especial voltadas para o estudo da língua, também não ficam de fora desse *boom* tecnológico: cada vez mais surgem programas e *softwares* que auxiliam o trabalho de professores e pesquisadores no tratamento e análise de informações. Por esta pesquisa utilizar um aparato tecnológico, o *software* Tropes, para demonstrar e justificar o objeto, o gênero redação do Enem como um enunciado relativamente estável, é imprescindível que: 1) seja definida a concepção de tecnologia; 2) sejam apresentadas algumas ferramentas linguísticas existentes hoje, à disposição dos pesquisadores da língua; e, por fim, 3) seja caracterizado o programa Tropes, suas funcionalidades e aplicação. Esses tópicos serão desenvolvidos a seguir.

3.1 CONCEPÇÃO DE TECNOLOGIA

Vivemos em um mundo no qual os avanços tecnológicos acontecem cada vez mais rápido e propiciam mudanças constantes, seja nas relações sociais, profissionais ou acadêmicas (SANTOS, 2010). Todavia, para entendermos o conceito de tecnologia é importante revisitar a concepção de técnica. Vargas (2009, p. 9), fazendo um panorama histórico sobre técnica e tecnologia, afirma que a técnica não é apenas a criação ou o uso de uma ferramenta, um instrumento, “ela tem a característica marcante de que, uma vez inventado o primeiro instrumento, desencadeia-se um processo de melhoria de suas formas e usos para satisfazer necessidades crescentes da humanidade”. Isso quer dizer que o objeto passa por transformações a partir de sua utilização, com o intuito de aperfeiçoá-lo, melhorá-lo, conferindo assim um caráter progressista à técnica.

Apesar de isso acontecer desde o homem primitivo, de uma forma lenta, para poder fazer uso da técnica e transformá-la, o ser humano necessitou de um sistema simbólico para estabelecer uma relação entre o mundo exterior e a sua percepção e a linguagem foi ideal para isso. É dentro desse sistema simbólico que o caráter progressista da técnica se realiza, pois é a partir dele que se compreende, usa e aperfeiçoa um instrumento, por meio dos símbolos (a linguagem), assim se materializa a intenção do homem em transformar e aperfeiçoar algo. “Portanto, a técnica – que nasceu com a humanidade – não teria esse peculiar caráter de progressividade se não fosse dado ao homem o dom da linguagem” (VARGAS, 2009, p. 10).

No decorrer da história da humanidade, a técnica foi se expandindo de um “saber” dado aos homens pelos deuses ou outras entidades divinas ou míticas, como no antigo Egito, para um “saber-fazer” não mais revelado por meio do divino, mas aprendido a partir de um saber teórico, como a Medicina de Hipócrates na Grécia, progredindo até chegar a chamada Técnica moderna, na qual “se propõe a resolver problemas técnicos através de conhecimentos práticos” (VARGAS, 2009, p. 15), culminando na Revolução Industrial na Inglaterra, e nos avanços tecnológicos que partiram dali, como a Engenharia na França. Nessa conjuntura, começou-se a desenvolver a ideia de tecnologia, primeiramente como uma disciplina que sistematiza os processos técnicos, evoluindo aos poucos para a pesquisa, especialmente na área industrial e de construção.

Com a ascensão das pesquisas em diversas áreas da ciência, da indústria e da construção, e o surgimento e expansão das indústrias eletrônicas, a tecnologia se transformou de um saber como-fazer, a técnica, para a “utilização de teorias e métodos científicos para resolver-se problemas [...]. Um profundo conhecimento do porquê e do como seus objetivos são alcançados” (VARGAS, 2009, p. 16). A tecnologia, então, adquire uma natureza teórica, prática e progressiva, por meio das pesquisas tecnológicas.

As inovações tecnológicas têm impactado de diversas maneiras a vida do homem. Sendo a linguagem o recurso simbólico que mais o caracteriza, é preciso dizer que a escrita, por exemplo, “ajudou a expandir a capacidade da mente humana e a estabelecer privilégios, discriminação e opressão” (COULMAS, 2014, p. 161), pois sua invenção tornou possível as demais inovações. Além disso, é um “instrumento indispensável da organização social, da execução do poder e do lucro econômico, a escrita tem moldado o mundo tal como ele é hoje, e nada sugere que outra inovação tecnológica venha a superá-la num futuro previsível.” (COULMAS, 2014, p. 161).

A escrita, uma tecnologia linguística, tem grande impacto na vida cotidiana, o que também acontece com outras tecnologias, sejam manuais, digitais ou científicas. O contínuo e incessante ritmo de criação e aperfeiçoamento tecnológico, em todas essas áreas, é praticamente considerado normal nos dias de hoje, Berker et al. (2005 apud BARTON; LEE, 2015) nomeiam de “domesticação da tecnologia”. As transformações, especialmente de tecnologias digitais, já fazem parte do cotidiano das pessoas, “agora é mais aceito o fato de que todos os aspectos da vida, incluindo as atividades cotidianas, as práticas de trabalho e o mundo da aprendizagem, são transformados pelas tecnologias digitais” (BARTON; LEE, 2015, p. 11). Na área de pesquisa em linguística, essa revolução tecnológica está influenciando novas investigações e produzindo novos objetos de análises. Nesse âmbito,

alguns *softwares* foram desenvolvidos com o intuito de auxiliar o pesquisador em suas observações com relação à língua. Algumas dessas ferramentas tecnológicas digitais serão descritas no tópico a seguir.

3.2 FERRAMENTAS LINGUÍSTICAS DIGITAIS

O desenvolvimento de aparatos computacionais trouxe grande impacto à pesquisa linguística. De acordo com Vieira e Lima (2001), as transformações influenciaram principalmente a linguística de corpus, por meio do armazenamento e acesso a diversos dados sobre as línguas, e o processamento de língua natural, a partir de programas que analisam ou geram informações sobre uma língua natural.

Alguns aplicativos computacionais mais comuns nos dias de hoje, e que auxiliam muito não só pesquisadores, são os tradutores e corretores automáticos, podendo ser encontrados em programas ou sítios na internet. Dentre esses, há determinados programas de código aberto ou desenvolvidos por pesquisadores em universidades que são muito interessantes, como o Regra, um revisor gramatical para o idioma Português do Brasil (SANTOS JR.; PAIVA; PINTO, 2015). Esse *software* foi desenvolvido pela USP-Itautec/Philco e possui três módulos de verificação: 1) módulo estatístico (classifica o grau de dificuldade de leitura do texto); 2) módulo mecânico (verifica erros não encontrados por corretores ortográficos); 3) módulo gramatical (levantamento de erros mais comuns). Atualmente, o ReGra está disponível como um componente do Microsoft Word (NILC/USP, [s.d.]).

Além da correção automática, há ferramentas que vão além, com funcionalidades diferentes ou mais específicas, como o Linguakit, um analisador de textos. Gamallo e Garcia (2017, p. 19) o definem como “um pacote de ferramentas multilíngues para o Processamento da Linguagem Natural (PLN), que contém módulos de análise, extração, anotação e correção linguística”, com essa ferramenta é possível analisar aspectos sintáticos e semânticos de um texto, como identificar as classes gramaticais ou o sentimento predominante (positivo, negativo ou neutro). Esse instrumento de análise está disponível como um serviço web e nos idiomas: português, espanhol, inglês e galego.

Um outro aparato tecnológico digital muito interessante para pesquisas e para a área de ensino é o DLNotes 2. Criada por pesquisadores da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), essa ferramenta não faz análises automáticas como as citadas anteriormente, ao contrário, permite que o usuário crie anotações estruturadas e semânticas em um texto,

podendo ser aplicada a qualquer área do conhecimento ou utilizada em conjunto com outras ferramentas digitais, como os ambientes virtuais de aprendizagem (AVAs). Um diferencial dessa ferramenta é que ela possibilita a criação de um banco de dados, uma base de conhecimentos de entidades identificadas nos textos (MITTMANN et al., 2013; SEIDLER, 2014).

Muitos outros dispositivos tecnológicos digitais existem hoje disponíveis para professores, pesquisadores e alunos, e muitos outros estão sendo desenvolvidos e ainda irão ser criados, pois é esse o princípio da tecnologia, transformar algo a partir do conhecimento e da prática (VARGAS, 2009). No item a seguir, será apresentada uma ferramenta digital que não é nova, mas só recentemente tornou-se conhecida pela academia brasileira, o Tropes, um *software* que pode auxiliar em pesquisas linguísticas.

Com o intuito de ressaltar a importância de estudos de interface entre linguagem e tecnologia, Finatto (2017, p. 287) destaca que “o apoio computacional não é um fim, ele é um meio” para pesquisas e investigações na área da linguagem, desde a sua descrição até o desenvolvimento de recursos para o ensino/aprendizagem de uma língua. A utilização dessas ferramentas traz à tona outras visões, outros possíveis diálogos (dentro da linguística e em outras esferas do conhecimento), que instigam e desafiam o pesquisador, pois eles não são apenas *softwares* para contar ou traduzir palavras, mas instrumentos de análise e diagnóstico da língua (falada e escrita).

Em relação aos gêneros textuais e discursivos, a pesquisa nessa área mais específica da linguística é muito favorecida, pois com essas ferramentas é possível descrever e caracterizar esses enunciados, os estudos nessa esfera têm o diferencial de “ousar em direção ao diálogo interdisciplinar e instigar novas pesquisas” (FINATTO, 2017, p. 287), colocando em sintonia essas duas ciências: linguística e tecnologia.

3.3 O *SOFTWARE* TROPES

Dentre as ferramentas digitais voltadas à pesquisa linguística, e a que será utilizada nesta pesquisa, está o *software* Tropes. Ele é utilizado para analisar textos em diversos aspectos linguísticos, destacando-se pelo “processamento semântico de textos em línguas naturais” (ARAÚJO, 2017, p. 300). Esse programa associa as estruturas linguísticas encontradas no texto analisado aos critérios linguísticos pré-programados. Criado pela Semantic-Knowledge, em 1994, para ser um *software* de processamento de línguas naturais e classificação semântica, foi produzido até o ano de 2014, tendo se tornado um *software*

gratuito no ano de 2011, ano no qual sua comercialização foi descontinuada e ele foi disponibilizado para download (SEMANTIC-KNOWLEDGE, [s.d.]).

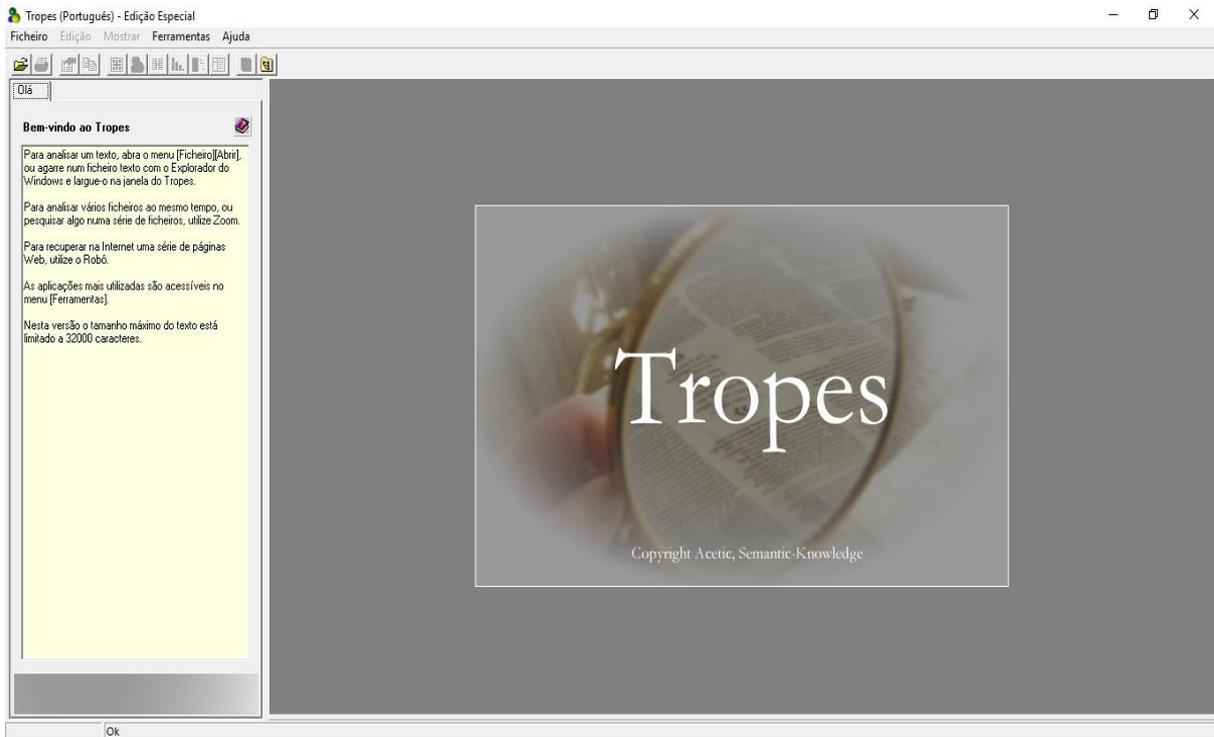


FIGURA 6 – TELA INICIAL: TROPES
 FONTE: Tropes, [s.d.].

Essa ferramenta é útil para a descrição dos âmbitos temático, estilístico, estrutural e funcional de enunciados (SEMANTIC-KNOWLEDGE, [s.d.]), isso porque quando se abre o arquivo do texto no programa, ele faz análises automáticas separando, na aba Resultados, diversas categorias como Estilo, Universo de Referência, Relações, Categorias frequentes (categorias de palavras), entre outras (Figura 7).

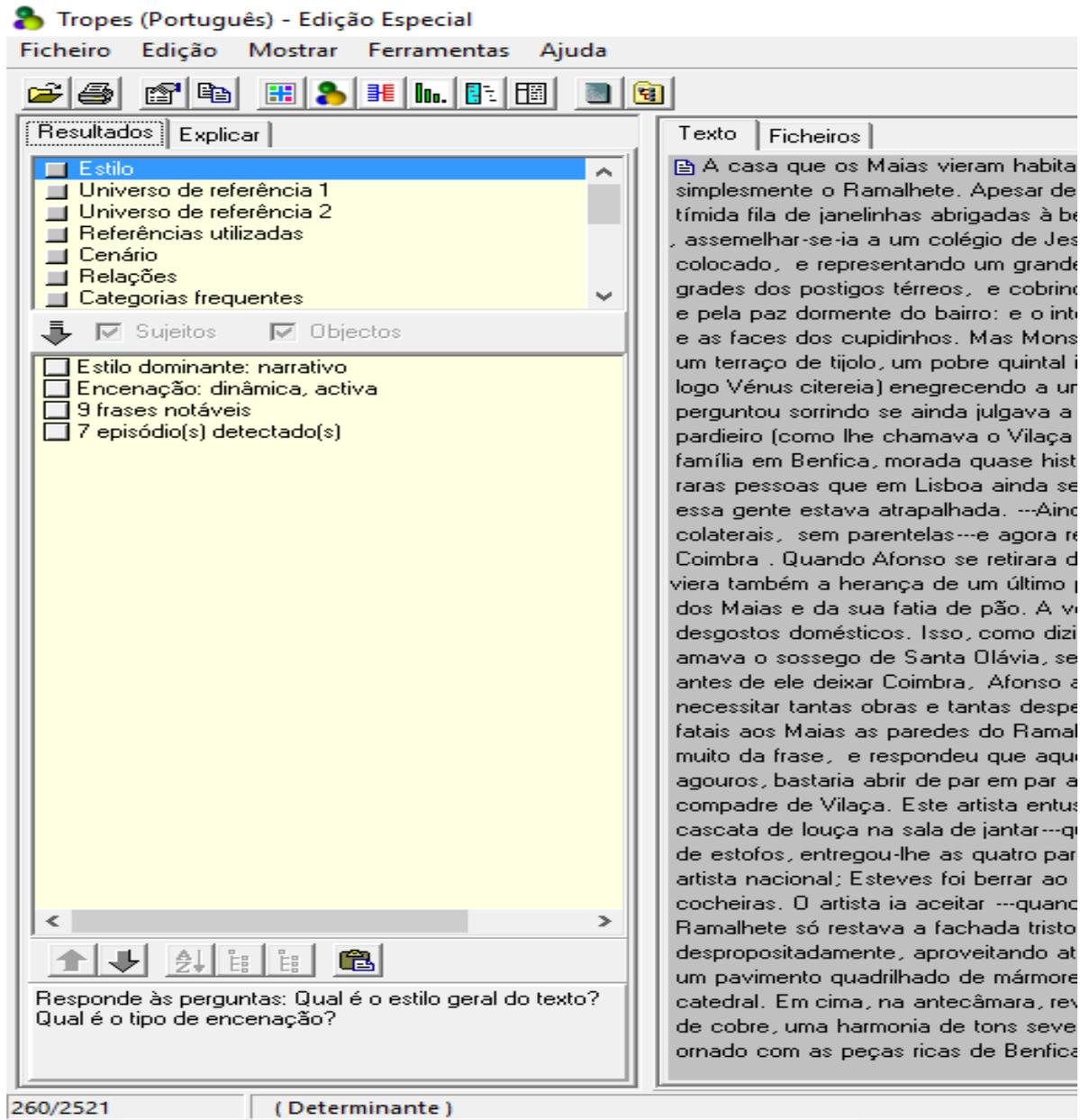


FIGURA 7 – ABA RESULTADOS
 FONTE: Tropes, [s.d.].

O Tropes analisa um texto em seis etapas (ACETIC; SEMANTIC-KNOWLEDGE; CYBERLEX, [s.d.]):

- 1- Divisão em orações e frase: baseado no exame da pontuação e na análise sintática, o *software* divide o texto em frases simples;
- 2- Desambiguação das palavras do texto: a interpretação da palavra (se ele é um verbo ou nome, por exemplo) é feito por algoritmos já instalados para o tratamento dessa questão;

- 3- Identificação das classes de equivalentes: essas classes são agrupamentos das referências (nomes comuns ou nomes próprios) que aparecem frequentemente no texto e que possuem um significado próximo. Por exemplo: “pai” e “mãe” são agrupados na classe “família” pelo *software*. Após isso, essas classes são agrupadas novamente nos universos de referência, que permitem ao *software* uma representação do contexto;
- 4- Estatísticas e detecção dos episódios/rajadas: o *software* fornece dados estatísticos de categorias contidas no texto;
- 5- Detecção das frases notáveis: frases que introduzem temas ou personagens principais, que expressam acontecimentos necessários à progressão da história, em nenhum caso elas constituem o resumo do texto (o que implica necessariamente a sua reescrita);
- 6- Tratamento formal e apresentação do resultado: após essas análises o Tropes apresenta as informações na aba “Resultado”.

O programa efetua um tratamento complexo de análise, o qual inclui análises estatísticas, probabilísticas e cognitivas. A primeira compreende a frequência das categorias e subcategorias de palavras e a co-ocorrência e taxa de ligação das classes de equivalentes e categorias de palavras, elas são usadas principalmente para construir gráficos e moldar os resultados (ACETIC; SEMANTIC-KNOWLEDGE; CYBERLEX, [s.d.]). Esse primeiro tipo de análise é o que mais interessa a este trabalho, visto que a pesquisa é sobre elementos linguísticos recorrentes nas redações do Enem. Assim, não serão aqui detalhadas as outras características operacionais, dado que são úteis a quem utiliza esse *software* para pesquisas/trabalhos em desenvolvimento/programação computacional.

As categorias frequentes (categorias de palavras que se destacam no texto por sua grande ocorrência e por caracterizarem o estilo do produto analisado) e o estilo são definidos a partir da comparação das frequências de aparição das categorias presentes no texto com as normas de produção linguística. Para se definir os estilos, o programa foi composto por normas para elaboração de um texto que foram desenvolvidas a partir do estudo de um grande número de textos diferentes e encontram-se armazenadas nas tabelas internas do *software* (ACETIC; SEMANTIC-KNOWLEDGE; CYBERLEX, [s.d.]). Isso quer dizer que os desenvolvedores do *software* encontraram padrões linguísticos nos textos e geraram, com base nisso, algoritmos que encontram essas marcas linguística (as categorias frequentes), as quais definem um texto como descritivo, narrativo, argumentativo ou enunciativo (os quatro tipos que o *software* constata). Como isso é algo próprio do *software*, não é possível o usuário final alterar essa programação.

Para este trabalho, as classes utilizadas serão Estilo, Encenação e Todas as Categorias (nessa classe estão os verbos, adjetivos, modalizadores, conectivos e pronomes). No quesito Estilo, o Tropes faz um diagnóstico do texto em geral e mostra se é argumentativo, narrativo, enunciativo ou descritivo, e a sua encenação (dinâmica/activa, ancorada no real, narrador objectivo ou narrador subjectivo). Isso é definido a partir dos tipos de verbos presentes no texto ou a quantidade de pronomes (no caso de textos com narrador subjectivo). Clicando sobre o item de que se deseja mais informações, o programa mostra as frases com as palavras em colorido que o levou a definir o estilo ou encenação do texto (Figura 8). As Figuras 9 e 10 apresentam a definição utilizada pelo *software* para os aspectos referentes ao estilo e a encenação.

Resultados | Explicar

Estilo

- Universo de referência 1
- Universo de referência 2
- Referências utilizadas
- Cenário
- Relações
- Categorias frequentes

Sujeitos | Objectos

Estilo dominante: narrativo

- Encenação: dinâmica, activa
- 15 frases notáveis
- 9 episódio(s) detectado(s)

Excertos | Ficheiros

A casa que os Maias vieram habitar em Lisboa, no Outono de 1875, era conhecida na vizinhança da Rua de S Francisco de Paula, em todo o bairro das Janelas Verdes, pela Casa do Ramalheite, ou simplesmente o Ramalheite. por cima uma tímida fila de janelinhas abrigadas à beira do telhado, tinha o aspecto tristonho de residência eclesiástica que competia a uma edificação do reinado da senhora D maria I: com uma sineta com uma cruz no topo, assemelhar-se-ia a um colégio de Jesuítas. O nome de Ramalheite provinha decerto de um revestimento quadrado de azulejos fazendo painel no lugar que nunca chegara a ser colocado, representando um grande ramo de girassóis atado por uma fita onde se distinguíam letras e números de uma data. Longos anos o Ramalheite permanecera desabitado, com teias de aranha pelas grades dos portões cobrindo-se de tons de ruína. Em 1858 monsenhor Buccarini, núncio de Sua santidade, visitara-o com ideia de instalar lá a Nunciatura, seduzido pela gravidade clerical do edifício pela paz dormente do bairro; o interior do casação agradara-lhe também, com a sua disposição apalaçada, os tectos apainelados, as paredes cobertas de frescos onde já desmaiavam as rosas das ginaldas e as faces do Mas Monsenhor, com os seus hábitos de rico prelado romano, necessitava na sua vivenda os arvoredos e as águas de um jardim de luxo o Ramalheite possuía apenas, ao fundo de um terraço de tijolo, um pobre quintal inculto, abandonado às ervas brutas e um tanque entulhado, e uma estátua de mármore (onde Monsenhor reconheceu logo Vénus cetera) enegrecendo a um canto na lenta humidade da renda que pediu o velho Vilaça, procurador dos Maias, pareceu tão exagerada a Monsenhor, que lhe perguntou sorrindo se ainda julgava a Igreja nos tempos de Leão X. Vilaça respondeu E o Ramalheite continuou desabitado. Este inútil pardieiro (como lhe chamava o Vilaça júnior agora por morte de seu pai administrador dos Maias) só para lá se arrecadarem as mobílias e as louças provenientes do palacete de família em Benfica, morada quase histórica, que, depois de andar anos em praça, fora então comprada por um comendador brasileiro. Nessa ocasião vendera-se outra propriedade dos Maias e algumas raras pessoas que em Lisboa ainda se lembravam dos Maias, sabiam que desde a Regeneração eles viviam retratados na sua Quinta de nas margens do Douro, tinham perguntado a Vilaça se essa gente estava atrapalhada. --Ainda têm um pedaço de pão--disse Vilaça sorrindo --a manteiga para lhe barrar por cima. Os Maias eram uma antiga família da Beira, sempre pouco numerosa, sem linhas colaterais, sem parentelas --e agora reduzida a dois varões, o senhor da casa, Afonso da Maia, um velho já, quase um antepassado, mais idoso que o século, e seu neto Carlos que estudava medicina em Coimbra. Quando Afonso se retirara definitivamente para Santa Olávia, o rendimento da casa excedia já cinquenta mil cruzados: mas desde então tinham-se acumulado as economias de vinte anos de aldeia; viera também a herança de um último parente, Sebastião da Maia, que desde 1830 vivia em Nápoles, só, ocupando-se de numismática: --o procurador podia certamente sorrir com segurança quando falava dos Maias da sua falta de pão. A venda da Tojeira fora realmente aconselhada por Vilaça: mas nunca ele aprovara que Afonso se deslizesse de Benfica--só pela razão de aqueles muros terem visto tantos desgostos domésticos. Isso, como dizia Vilaça, acontecia a todos os muros. O resultado era que os Maias, com o Ramalheite inabitável, não possuíam agora uma casa em Lisboa; e se Afonso naquela idade amava o sossego de Santa Olávia, seu neto, rapaz de gosto e de luxo que passava as férias em Paris e Londres, não quereia, depois de formado, ir sepultar-se nos penhascos do Douro. E com efeito, meses antes de ele deixar Coimbra, Afonso assombrou Vilaça anunciando-lhe que decidira vir habitar o Ramalheite! O procurador compôs logo um relatório a enumerar os inconvenientes do casação: o maior era necessitar tantas obras e tantas despesas; depois, a falta de um jardim, devia ser muito sensível a quem saía dos arvoredos de Santa Olávia; por fim aludia mesmo a uma lenda, segundo a qual eram sempre fatais aos Maias as paredes do Ramalheite, e ainda que acrescentava ele numa frase meditada até me envergonho de mencionar tais frolieiras neste século de Voltaire, Guizot e outros filósofos

Narrativo: que conta uma história num dado momento, num certo lugar

FIGURA 8 – ESTILO DO TEXTO

FONTE: Tropes, [s.d.].

Estilo :	Explicação :
Argumentativo	o sujeito implica-se, argumenta, explica ou critica para tentar persuadir o seu interlocutor
Narrativo	um narrador expõe uma série de acontecimentos que se sucedem num dado momento e num certo lugar
Enunciativo	o locutor e o interlocutor estabelecem uma relação de influência, revelam os seus pontos de vista
Descritivo	um narrador descreve, identifica ou classifica uma realidade ou uma pessoa

FIGURA 9 – DEFINIÇÕES DOS ESTILOS

FONTE: Tropes, [s.d.].

Encenação :	A encenação expressa-se através de :
Dinâmica, activa	verbos de acção
Ancorada no real	verbos de existência e de posse
Narrador objectivo	verbos que permitem fazer uma declaração sobre um estado, uma acção ...
Narrador subjectivo	numerosos pronomes à primeira pessoa do singular (« eu », « mim », « me », ...)

FIGURA 10 – ENCENAÇÃO DO TEXTO

FONTE: Tropes, [s.d.].

No item Todas as Categorias (Figura 11), o programa apresenta as categorias de palavras analisadas, fazendo a contagem de cada categoria em relação ao texto que está sendo analisado, mesmo as que são poucos frequentes. As categorias são verbos (factivos, estativos, declarativos e performativos), conectores (conjunções de coordenação ou subordinação e locuções conjuncionais), modalizações (advérbios ou locuções adverbiais), adjetivos (objetivos, subjetivos ou numéricos) e pronomes pessoais (ACETIC; SEMANTIC-KNOWLEDGE; CYBERLEX, [s.d.]). Na aba Resultados, é possível ver todas as categorias de palavras presentes no texto, ou apenas as mais frequentes. O programa também traz separadamente um tópico só com os verbos presentes no texto, e outro só com os adjetivos (os substantivos são elencados na categoria Universo de referência).

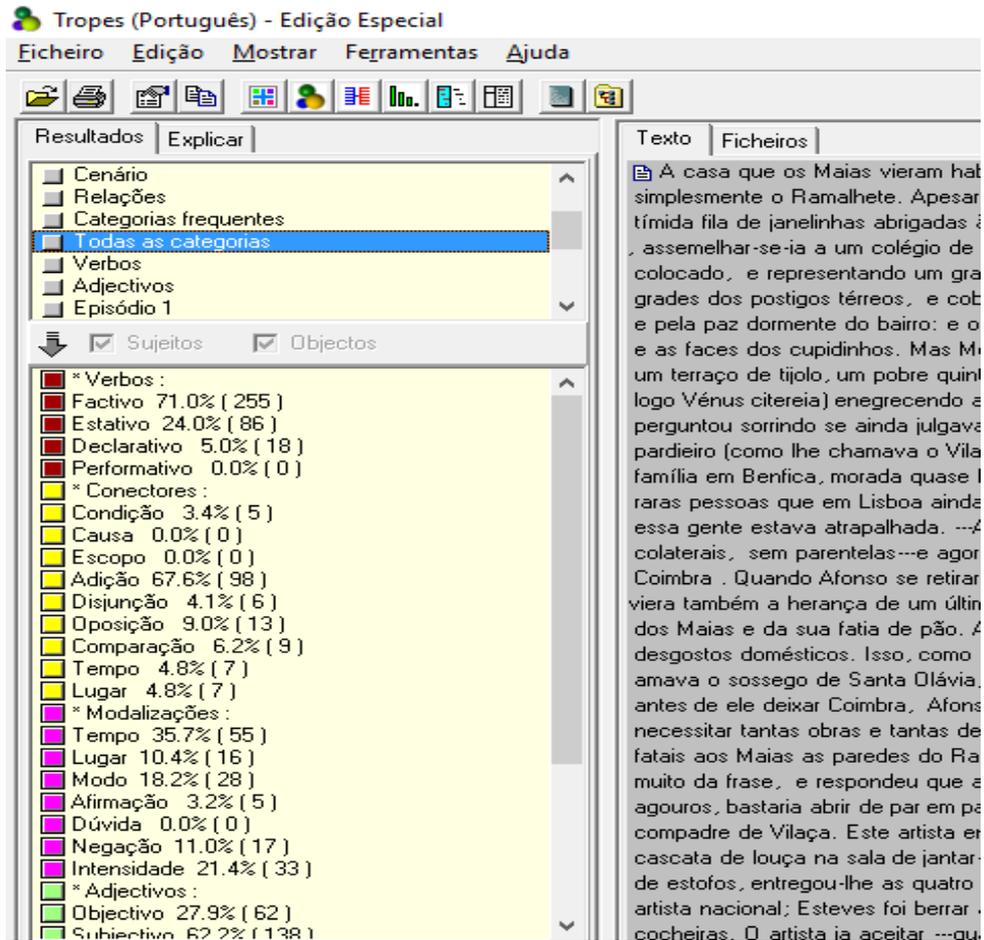


FIGURA 11 – TODAS AS CATEGORIAS
 FONTE: Tropes, [s.d.].

Essas categorias de palavras têm definições específicas que a ferramenta utiliza, de acordo com dicionários e banco de dados já inclusos (ACETIC; SEMANTIC-KNOWLEDGE; CYBERLEX, [s.d.]). Por exemplo, os verbos podem ser caracterizados como factivos, estativos, declarativos e performativos (Figura 12).

- factivos exprimem acções (« trabalhar », « comer »,...);
- estativos exprimem estados ou noções de posse (« ser », « ter »,...);
- declarativos exprimem uma declaração sobre um estado, um ser, um objecto (« dizer », « acreditar »,...);
- performativos exprimem um acto pela e na linguagem (« prometer », « exigir »,...).

FIGURA 12 – DEFINIÇÕES DOS TIPOS DE VERBOS
 Fonte: Tropes, [s.d.].

Já os conectores são conjunções e locuções conjuncionais que ligam as partes do discurso podem ser:

- condição (« se », « com a condição de », « a menos que », ...);
- causa (« porque », « por causa de », « visto que », « já que », ...);
- escopo (« para que », « a fim de », ...);
- adição (« e »,...);
- disjunção (« ou », « ou melhor », ...);
- oposição (« mas », « contudo », « no entanto », ...);
- comparação (« como », « tal como », « assim como », ...);
- tempo (« quando », « sempre que », « antes que », ...);
- lugar (« onde », « onde quer que », ...).

FIGURA 13 – TIPOS DE CONECTIVOS

Fonte: Tropes, [s.d.].

As modalizações são advérbios e locuções adverbiais que podem ser de:

- tempo (« agora », « ontem », « amanhã », ...);
- lugar (« em baixo », « em cima », « aqui », ...);
- modo (« directamente », « em conjunto », ...);
- afirmação (« com certeza », « certamente », ...);
- dúvida (« talvez », « provavelmente », ...);
- negação (« não », « nunca », « jamais », ...);
- intensidade (« muito », « bastante », « fortemente », ...).

FIGURA 14 – TIPOS DE MODALIZAÇÕES

Fonte: Tropes, [s.d.].

Os adjetivos são divididos em três categorias:

- Objectivos: permitem caracterizar seres ou coisas, independentemente do ponto de vista do locutor (por exemplo, os adjectivos que exprimem as cores fundamentais;
- Subjectivos: indicam uma apreciação sobre um ser ou uma coisa permitindo exprimir o ponto de vista do locutor (<< interessante>>, << caro>>, << agradável>>,...);
- Numéricos: agrupam os números (por extenso ou em algarismos) e os numerais ordinais e cardinais.

FIGURA 15 – TIPOS DE ADJECTIVOS

Fonte: Tropes, [s.d.].

Por fim, a última categoria são os Pronomes, palavras que substituem um substantivo, um adjetivo, uma ideia ou uma frase (ACETIC; SEMANTIC-KNOWLEDGE; CYBERLEX, [s.d.]) expressos antes ou depois dele (“eu”, “tu, você”, “eles, elas”...).

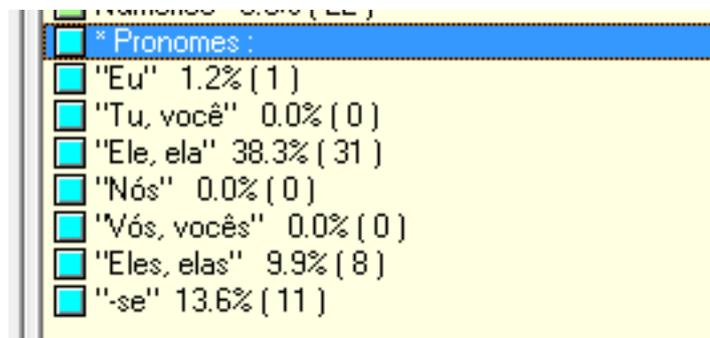


FIGURA 16 – EXEMPLO DE ANÁLISE DE PRONOMES

Fonte: Tropes, [s.d.].

Há muitas possibilidades de uso desse *software*, um exemplo disso é o estudo feito por Araújo (2017) intitulado “O gênero entrevista radiofônica em comunidades hispânicas: um aporte da análise textual automática”. No referido artigo, o pesquisador apresenta a caracterização do gênero entrevista radiofônica em comunidades de língua espanhola a partir da utilização de um processador automático de texto, o Tropes, com o objetivo de demonstrar as contribuições da análise textual automática para a descrição do gênero.

Para realizar sua pesquisa, Araújo (2017) utilizou um corpus de entrevistas disponíveis na internet, das cidades de Madrid, Buenos Aires e San Miguel de Tucumán, composto por 28 entrevistas. Esses dados foram compilados no programa Audacity 1.3, um freeware para gravação e edição de áudio, com ele se pôde gravar as entrevistas online e transcrevê-las utilizando algumas de suas ferramentas, como a desaceleração do áudio e a seleção de

fragmentos. Depois dessa etapa, as entrevistas foram analisadas no *software* Tropes, que forneceu informações quanto ao tipo textual predominante, temática e estilo.

A análise apontou alguns resultados interessantes, como por exemplo o tipo textual predominante no gênero entrevista radiofônica é o argumentativo, contudo outros tipos textuais também se fazem presente, como o narrativo ou o descritivo. No que se refere à temática, assuntos ligados a questões sociais prevaleceram, no entanto, outros temas relacionados à vida cotidiana, e que podem se transformar em notícia no meio jornalísticos, também foram citados, como arte e cultura, emprego e trabalho.

Quanto ao estilo, o *software* ressaltou o uso de verbos factivos e estativos, o que proporciona uma encenação dinâmica ao enunciado, assim como uma grande preponderância de modalizadores temporais, a partir da acentuada presença de advérbios e locuções adverbiais de tempo como *ahora, siempre, mañana, el año pasado*, dentre outras. Outro ponto destacado na análise dos dados é o uso da primeira e da segunda pessoa no singular (o que é uma tendência do gênero, visto que se trata de um diálogo direto), e também da forma mais espontânea do emprego da língua.

Com essa pesquisa, ficou evidente os aspectos linguísticos mais frequentes, dentre aqueles analisados pelo programa, encontrados no gênero entrevista radiofônica, salientando assim que os “gêneros do discurso [como o analisado nessa pesquisa] caracterizam-se como estruturas textuais relativamente estáveis que nos servem de base para alcançarmos, por meio da língua, determinados objetivos comunicativos” (ARAÚJO, 2017, p. 309-310), evidenciando-se assim o êxito da pesquisa em descrever um gênero com o auxílio de uma ferramenta computacional.

A pesquisa de Araújo (2017) apresenta uma possibilidade de uso do *software*, porém a gama de alternativas de estudo e pesquisa, tanto sobre o programa em si quanto a partir das informações adquiridas com ele, é enorme. Neste trabalho, por meio das informações apresentadas pela ferramenta, serão apresentados os elementos linguísticos que aparecem com frequência no gênero dissertativo-argumentativo das redações do Enem, podendo caracterizar esse gênero, o que será discutido no capítulo seguinte.

4. ANÁLISE DO CORPUS: AS REDAÇÕES NOTA 1000 DO ENEM

4.1 METODOLOGIA E HIPÓTESES

Para a descrição e verificação dos elementos linguísticos que aparecem com frequência no gênero dissertativo-argumentativo nas redações nota 1000 do Enem, a metodologia se deu em três etapas. Na primeira, foram escolhidas as redações nota 1000 do Enem do ano de 2016 disponíveis na internet e já transcritas, normalmente em sites de notícias, totalizando 16 (dezesesseis) redações nota 1000; para as análises, elas foram numeradas de redação 1 a 16, não sendo utilizados os nomes de seus candidatos para garantir a proteção dos dados.

Após a seleção das redações, na segunda etapa, elas foram inseridas no programa Tropes para análise. A partir dos resultados encontrados, foi possível, na terceira etapa, identificar e apresentar os elementos linguísticos recorrentes que constituem o gênero dissertativo-argumentativo nas redações do Enem.

Depois disso, foram analisadas as seguintes categorias, levantadas nas hipóteses: verbos, conectivos, modalizadores, pronomes e universos de referências. Quanto aos verbos, acreditava-se que apareceriam factivos em porcentagens altas, que expressam ações, já que isso mostraria que o texto é composto por fatos ou ações, demonstrando o encadeamento das ideias, argumentos, situações. Em relação aos conectivos e modalizadores, era esperado que houvesse uma grande presença deles por organizarem o discurso, especialmente advérbios de modo e intensidade, e conectivos de explicação, oposição, finalidade e conclusão. Os pronomes deveriam ser prioritariamente de terceira pessoa, e os universos de referência devem abarcar temas ligados ao assunto principal, por exemplo, como o tema da redação do Enem do ano de 2016 foi o combate à intolerância religiosa, deveriam aparecer universos ligados à “vida humana”, à “política”, à “educação”, ao direito e justiça”, dentre outros.

De acordo com Silva e Menezes (2000, p. 21), “a pesquisa descritiva visa descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”. Assim, esta pesquisa tem cunho descritivo, por buscar identificar e descrever os elementos linguísticos presentes no gênero dissertativo-argumentativo do Enem que são utilizados de forma recorrente

Os textos com predominância de sequências argumentativas possuem algumas características que o identificam, especialmente no gênero dissertativo-argumentativo, desde estrutura básica até a utilização de conectivos, conforme discutido no capítulo 1. Assim, a

partir dos dados apresentados pelo *software* Tropes, espera-se uma relação entre os elementos apresentados pelo programa e a alta qualidade do texto (nota 1000), assim como as unidades da língua recorrentes podem ser a chave para a compreensão desse gênero. Esperava-se, assim que, na análise do *corpus* em questão, o programa apresentasse:

- a) percentuais altos de categorias verbais recorrentes nesse texto, típicas do texto argumentativo (KOCH, 2000);
- b) percentuais altos de categorias de conectivos e modalizadores no mesmo tipo de texto, como conectores de oposição, concessão, explicação, justificativa, adição (conectivos que orientam a argumentação), advérbios de natureza espacial, temporal e quantificadores (KOCH, 2000; ANTUNES, 2010);
- c) percentuais nulos de categorias pronominais de primeira e segunda pessoa, já que não é um texto cujo tema é da esfera pessoal ou privada do autor, não sendo assim indicado o uso de marcas pessoais no texto (ANTUNES, 2010);
- d) percentuais totais de categorias pronominais de terceira pessoa, já que esse tipo de texto suscita a impessoalidade, como visto na hipótese (c);
- e) variação do uso do universo de referência no texto, já que isso poderia indicar um repertório rico (KOCH, 2000; ANTUNES, 2010); e,
- f) classificação das redações como “argumentativo”, já que é isso que os manuais apregoam.

4.2 ANÁLISE: DADOS FORNECIDOS PELO TROPES

A partir da análise do *software* Tropes das redações nota 1000 do Enem 2016 numeradas de 1 a 16 em conjunto, o *software* apresentou algumas informações interessantes, conforme a Figura 17. No primeiro dado, quanto ao estilo dos textos, o *software* mostrou como estilo dominante o “descritivo”, isso é intrigante, visto que são redações dissertativo-argumentativas, nas quais se espera que o estilo principal seja o argumentativo. Baseado nos estudos de Coroa (2017), visto no capítulo 2, isso nos faz questionar tanto a definição do Tropes quanto ao tipo descritivo, posto que a descrição, ou exposição (utilizando a nomenclatura da autora), é parte integrante da argumentação, já que descrever é se aprofundar em um tema, conceito, ideia, e essa atividade também é realizada nas redações do Enem, com isso restaria a pergunta: o *software* está equivocado em classificar a maioria com esse estilo? Em relação à encenação, ela é dinâmica e activa, na qual prevalecem os verbos de ação.

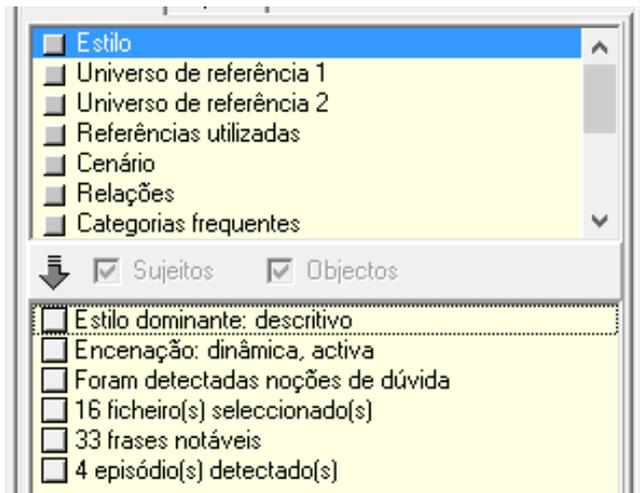


FIGURA 17 – ANÁLISE ESTILO E ENCENAÇÃO

Fonte: Tropes, [s.d.].

Analisando as 16 redações individualmente, apenas uma (a número 12) foi identificada com estilo argumentativo, cinco foram identificadas como narrativo, oito identificadas como descritivo e em duas o *software* não identificou um estilo. Abaixo é possível ver a percentagem de cada estilo.

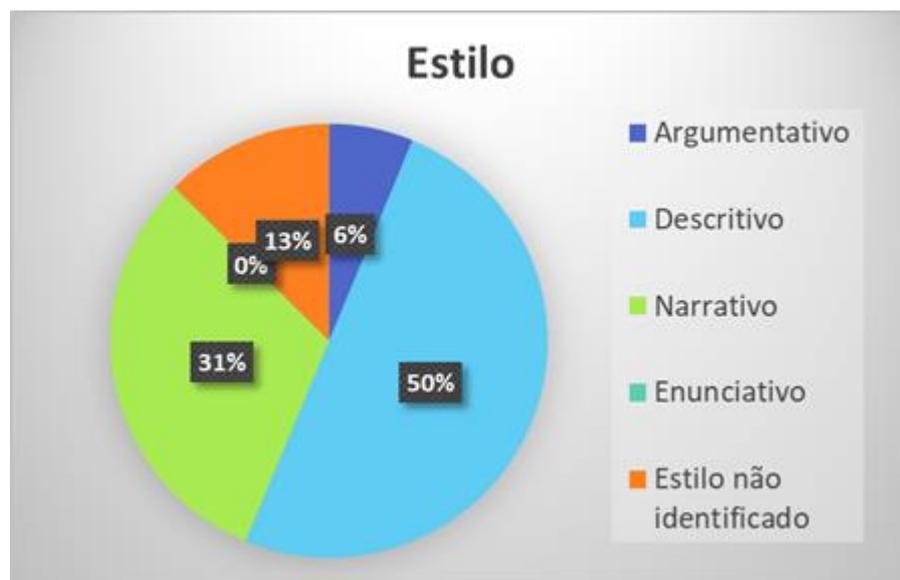


FIGURA 18 – ESTILO GERAL DOS TEXTOS

Fonte: A autora.

Quanto ao universo de referência, o programa mostrou, na análise em conjunto das redações, que houve variação das áreas mobilizadas (repertório), sendo mencionadas, nos textos, expressões relacionadas à “vida humana”, ao “direito_e_justiça” e à

“religião_e_mitologia”. Isso revelou um total de 33 categorias elencadas no Universo de referência.

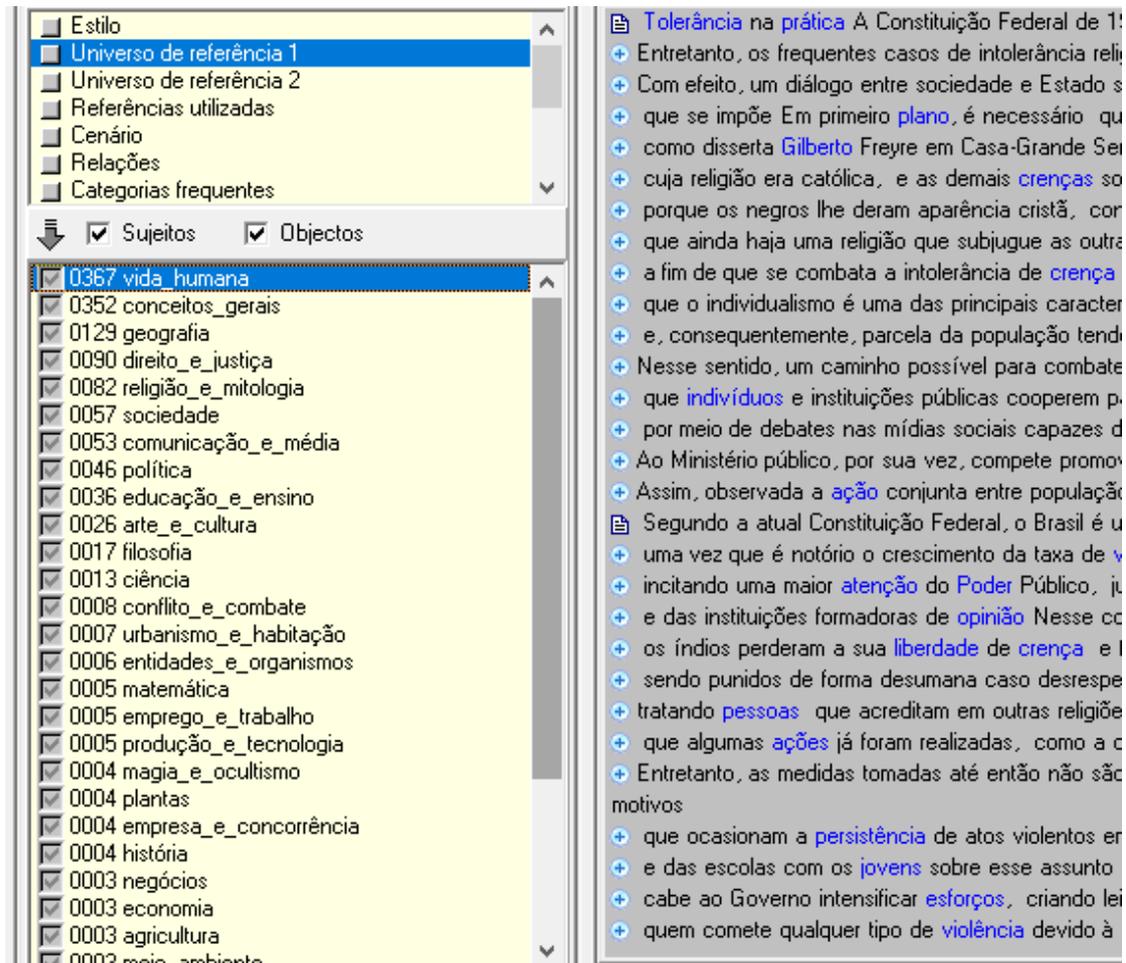


FIGURA 19 – REFERÊNCIAS UTILIZADAS

Fonte: Tropes, [s.d.].

Na observação das redações individualmente, a maioria das produções ficou próximo à média, que foi de 16,5 universos mobilizados por produção. Os textos tiveram variação em seus universos, sendo o número mais baixo de 12 universos de referências (redações 2, 3, 6 e 7), e o que teve maior abrangência de universos alcançou 21 áreas (redação 16), esses dados estão melhor especificados na Figura 20.

Redações	Total
1	15
2	12
3	12
4	17
5	14
6	12
7	12
8	16
9	15
10	15
11	13
12	17
13	17
14	15
15	17
16	21
Média	16,5

FIGURA 20 – ANÁLISE INDIVIDUAL DAS REFERÊNCIAS UTILIZADAS
Fonte: A autora.

Em relação às classes gramaticais, no item Todas as Categorias, começando pelos verbos, o Tropes apontou o grande número de verbos Factivos presentes nas 16 redações analisadas. Esse diagnóstico também apontou que não houve ocorrências de verbos performativos, como pode ser visto abaixo.

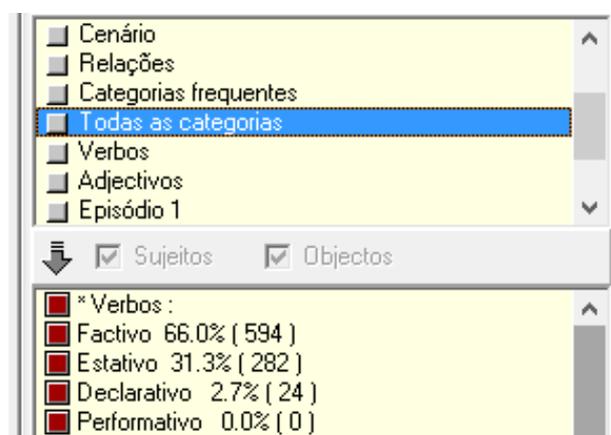


FIGURA 21 – VERBOS
Fonte: Tropes, [s.d.].

O mesmo cenário acontece nas análises individuais: o verbo factivo teve predominância em todas as redações, sendo sua porcentagem mais baixa 58,2% na redação número 10, e a porcentagem mais alta na redação 9, com 74,4%, conforme visto na tabela

abaixo. Outro dado proveitoso é a porcentagem de verbos declarativos que em algumas redações teve percentual nulo (2, 3, 4 e 12) e, em outras, percentuais abaixo de 10%.

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16
Factivos	63	71,6	71,9	61,5	67,9	60	61,8	66,7	74,4	58,2	62,3	66	69,5	63,6	63,3	74,2
Estativo	34,8	28,4	28,1	38,5	28,6	37,1	30,9	29,3	20,5	40	34	34	28,8	34,5	28,6	25,8
Declarativo	2,2	0	0	0	3,6	2,9	7,4	4	5,1	1,8	3,8	0	1,7	1,8	8,2	0
Performativo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

TABELA 1 – PERCENTUAIS INDIVIDUAIS DA ANÁLISE DOS VERBOS

Fonte: A autora.

Ainda verificando a categoria verbos, o Tropes apresenta a lista dos verbos mais utilizados nessas 16 redações. É indispensável destacar que o programa nem sempre apresenta um resultado correto, visto ocorrer alguns problemas de polissemia ou homonímia, mas que, no geral, não alteram o resultado como um todo daquilo que pretendemos. Essa característica interpretada pelo leitor instintivamente não é realizada pelo *software*. Por exemplo, entre os verbos mais citados, a ferramenta indicou o verbo “comer” com 18 ocorrências, porém quando ele apresenta os excertos em que essa palavra ocorre, percebe-se que ela não é empregada como verbo (Figura 22).

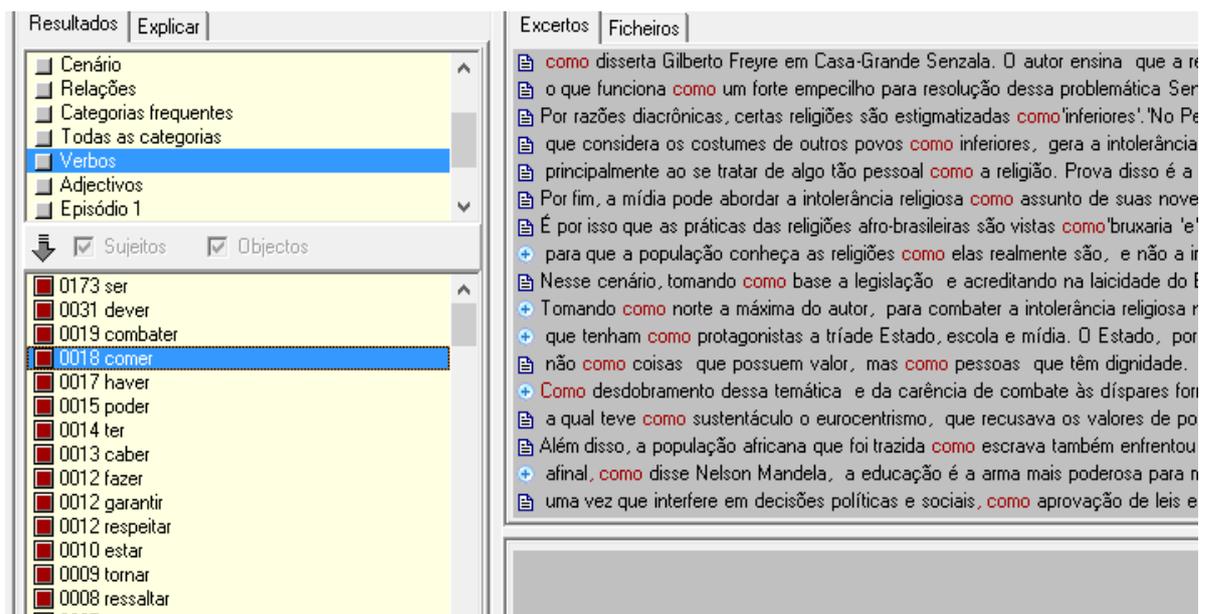


FIGURA 22 – OCORRÊNCIAS DOS VERBOS

Fonte: Tropes, [s.d.].

Outro dado dessa categoria são os três primeiros verbos que apareceram com mais frequência nos textos, em qualquer tempo verbal. O primeiro, o verbo “ser”, teve 173

ocorrências; o segundo, o verbo “dever”, teve 31 ocorrências; e, o terceiro, o verbo “combater”, teve 19 ocorrências. Esse último é significativo já que o tema da redação era “Caminhos para combater a intolerância religiosa”, evidenciando que pelo menos uma vez, em média, em cada redação ocorreu uma palavra ligada ao verbo “combater”.

Outra categoria verificada pelo *software* foi a dos conectores (Figura 23). O *software* analisa 9 tipos de conectores, sendo que todas tiveram ocorrências nas redações, mesmo que a participação seja mínima (0,3% equivalente a 1 ocorrência do conector de lugar). O conector de adição (“e”) teve a maior porcentagem, com 197 ocorrências. Os outros conectores tiveram porcentagem inferior a 10%. Dentre esses, os que se destacam são os de oposição, com 27 ocorrências (8,8%), o de comparação, com 25 (8,1%), e o de condição, com 17 aparições (5,55%). Calculando a média simples por redação de uso de conectores, é de 6,24% por redação.

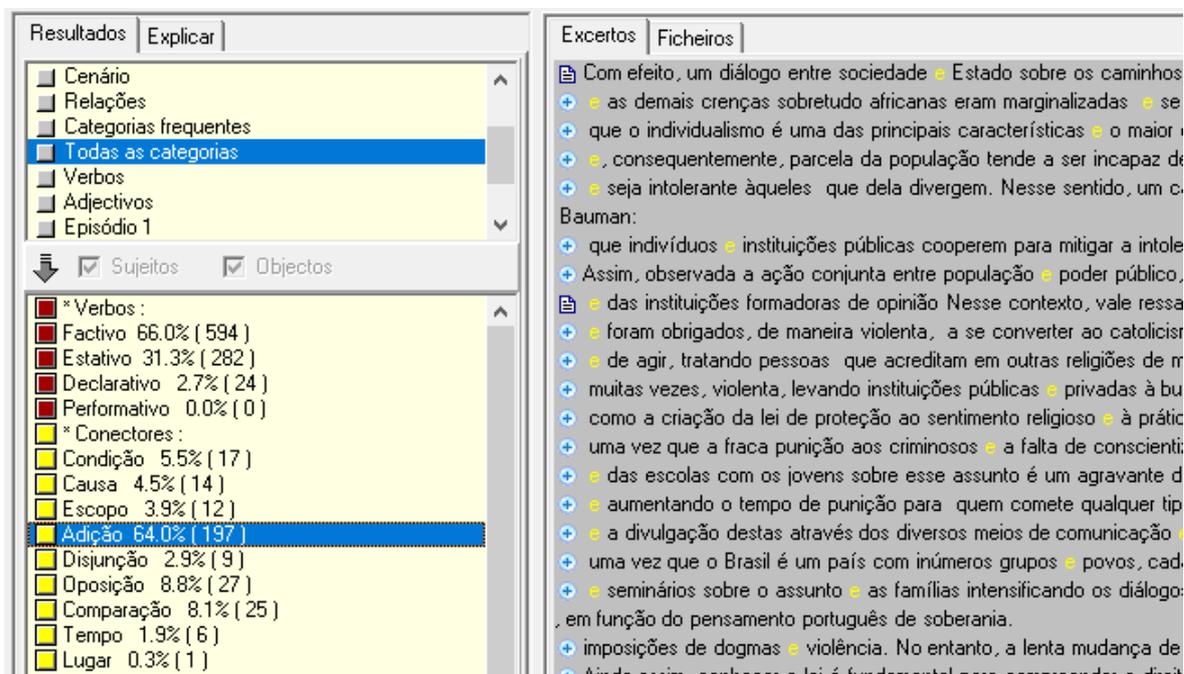


FIGURA 23 – CONECTORES

Fonte: Tropes, [s.d.].

Dentre os conectores de oposição, percebe-se a presença maior das palavras “no entanto” e “embora”. Já entre os de comparação temos o “como”, e entre os de condição prevalece o uso do “portanto”. É imprescindível lembrar que uma análise mais específica dos conectores poderia ser feita, para confirmar se o uso de cada palavra no contexto de cada redação está correto, contudo esse não é o objetivo desta pesquisa, sendo uma possibilidade para futuros trabalhos.

Na análise individual percebe-se a grande disparidade do uso dos conectores. Os de oposição, por exemplo, em algumas redações possui uma grande porcentagem, em outras o índice é nulo, por exemplo, na redação 1, 10 e 16 ele teve percentual nulo, já a redação 5 foi a que teve percentual mais alto, 35,7%. Isso acontece também com os outros dois conectores que se destacaram na análise em conjuntos dos textos: o conector de comparação teve percentual nulo nas redações 1 e 5, e o percentual mais alto foi de 21,1%, na redação 15; já o de condição obteve percentual nulo nas redações 3, 4 e 15, e a redação 9 teve o percentual mais alto, 18,8% (Figura 24).

Redações	Oposição	Redações	Comparação	Redações	Condição
2	0,0%	1	0%	3	0,0%
5	35,7%	5	0%	4	0,0%
10	0,0%	15	21,1%	9	18,8%
16	0,0%			15	0,0%

FIGURA 24 – ANÁLISE INDIVIDUAL DOS CONECTORES
Fonte: A autora.

A próxima categoria é a das modalizações. O grupo dos modalizadores é composto por 7 tipos, alguns dos modalizadores que mais apareceram foram: “então”, “atualmente”, “assim”, “infelizmente”, “ademais”, “além disso”. Neste cenário os advérbios e locuções adverbiais de intensidade (28,2%), de modo (25,4%) e de tempo (24,6%) tiveram mais incidência nas redações (Figura 25).

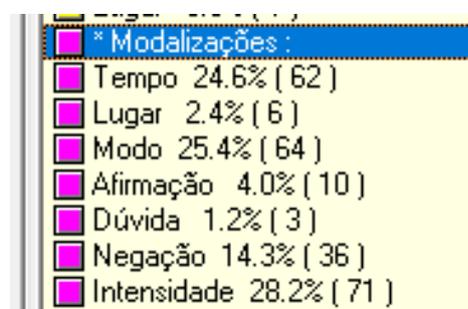


FIGURA 25 – MODALIZAÇÕES
Fonte: Tropes, [s.d.].

Apesar de na análise geral dos textos a média ter ficado equilibrada entre os três primeiros, na investigação individual algumas discrepâncias nos percentuais, como pode ser observado abaixo. Há redações que permaneceram próximo à média geral em cada grupo

(como é o caso das redações 4,10,13 e 7), mas a diferença entre as que tiveram mais utilização de modalizadores e as que quase não utilizaram é ampla (Figura 26).

Redações	Intensidade	Redações	Modo	Redações	Tempo
11	42,9%	9	62,5%	13	50,0%
4	28,6%	13	25,0%	7	23,8%
10	28,6%	8	12,5%	15	5,9%
9	12,5%				

FIGURA 26 – ANÁLISE INDIVIDUAL DAS MODALIZAÇÕES

Fonte: A autora.

Por fim, a última classe gramatical verificada neste trabalho é a dos Pronomes. Essa categoria apresentou percentuais nulos nas categorias de 1ª e 2ª pessoa do singular e plural, e percentuais expressivos de pronomes da 3ª pessoa no singular, plural e em pronomes utilizados após o verbo (ênclise - “se”), como apresentado na figura 27.

* Pronomes :	
"Eu"	0.0% (0)
"Tu, você"	0.0% (0)
"Ele, ela"	41.5% (56)
"Nós"	0.0% (0)
"Vós, vocês"	0.0% (0)
"Eles, elas"	7.4% (10)
"-se"	31.9% (43)

FIGURA 27 – PRONOMES

Fonte: Tropes, [s.d.].

Os resultados apontados aqui, a partir da análise do Tropes, revelaram alguns dados importantes sobre esse gênero, mas será que eles estão de acordo com as hipóteses levantadas no item 4.1 em relação aos elementos que podem ser considerados prototípicos para esses enunciados? Eles podem corroborar a tese de que elementos linguísticos recorrentes nas redações do Enem podem contribuir para a caracterização do gênero? Se sim, o Tropes contribuiu para essa caracterização? No próximo tópico serão feitas algumas considerações acerca desses dados obtidos, como eles auxiliam na caracterização do gênero dissertativo-argumentativo das redações do Enem e o uso de uma ferramenta computacional linguística para pesquisas.

4.3 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Relembrando os conceitos discutidos no capítulo 1, voltamos agora ao ensino de Bakhtin (1997) quanto aos gêneros, que são enunciados relativamente estáveis que podem ser categorizados por seu conteúdo temático, estilo e construção composicional. A análise do Tropes das redações nota 1000 do Enem 2016 trouxe vários dados interessantes que nos ajudam a caracterizar esse gênero quanto ao último aspecto levantado por Bakhtin (construção composicional), visto que o primeiro é dado ao participante (tema) e o segundo é individual. Levando em consideração o percurso teórico desenvolvido no capítulo 1 sobre o gênero dissertativo-argumentativo, e a partir das informações obtidas, percebeu-se a regularidade do gênero, assim como a confirmação das hipóteses levantadas anteriormente.

A começar pela hipótese (a), sobre os percentuais dos verbos, pode-se verificar que nos textos analisados os verbos factivos foram predominantes, aqueles que expressam ação (KOCH, 2000; ANTUNES, 2010), seguidos dos estativos, que expressam estados ou noções de posse. Isso é importante, pois em um texto dissertativo-argumentativo, normalmente, há sequências narrativas e argumentativas que são constituídas por verbos dessas categorias, que auxiliam no narrar e comentar os fatos. Os verbos factivos, por exemplo, demonstram que no texto há enunciados de ações, fatos. Em estudo realizado por Fabiano Araújo e Maria Angélica Cunha (2007, p. 33-34), sobre os verbos e a argumentação, os pesquisadores demonstraram que os verbos de ação são a preferência dos falantes, porque essa opção “é aquela em que um sujeito intencional e animado realiza uma ação e essa ação afeta (ou efetua) um objeto paciente”, ou seja, o falante escolhe esses verbos, pois eles demonstram os acontecimentos, o encadeamento de eventos e, no contexto da redação do Enem, o encadeamento com a proposta, ao final.

Como comprovado pelo Tropes, os verbos declarativos tiveram pouca ocorrência, e os performativos obtiveram percentual nulo, isso é fundamental, pois esse gênero não suscita verbos que sejam normalmente usados em primeira pessoa, que descrevem uma ação do autor, pois nesses textos a impessoalidade deve ser marcada, ficando claro o posicionamento do autor a partir de seus argumentos e de sua proposta ao final do texto (BRASIL, 2017).

Esse aspecto analisado corrobora os percentuais de utilização de pronomes pessoais apresentados pelo *software*. Foram contabilizados percentuais nulos de pronomes em primeira e segunda pessoa do singular e do plural, e percentuais altos de pronomes na terceira pessoa do singular, o que confirma as hipóteses (c) e (d), respectivamente. Isso evidencia o caráter objetivo, impessoal do texto dissertativo-argumentativo, no qual a posição frente ao tema é

destacada a partir dos argumentos utilizados no decorrer do texto e da proposição de uma possível solução para o problema/situação.

Apesar do objetivo do texto ser percorrer esse caminho (tese > argumentos > solução), o programa classificou como predominante o estilo descritivo. Conforme as formulações do *software* indicadas no capítulo 3, o estilo descritivo é o no qual um “narrador descreve, identifica ou classifica uma realidade ou uma pessoa” (ACETIC; SEMANTIC-KNOWLEDGE; CYBERLEX, [s.d.]), isso vai de encontro com o que Coroa (2017) postulou sobre o texto dissertativo-expositivo, como visto no capítulo 2. A autora faz a distinção entre descritivo para coisas e expositivos para situação, o *software* não faz essa distinção, por isso, neste trabalho, isso não foi feito. Coroa (2017) destaca que a única diferença entre os dois tipos de texto dissertativo (expositivo/descritivo e argumentativo) é o objetivo de persuadir o leitor a favor de uma tese, sendo que nos dois textos os autores se debruçam, esmiúçam, descrevem e detalham o tema. É possível utilizar argumentos em qualquer um deles, contudo o propósito do uso dos argumentos é diferente, no expositivo/descritivo é para fundamentar o tema, no argumentativo eles encaminham para um ponto de vista (ANTUNES, 2010; COROA, 2017).

O *software* identificou a maioria das redações com o estilo descritivo a partir das categorias frequentes levantadas e aspectos linguísticos que já se encontram em sua base de dados. Isso não exclui a categorização de um avaliador como argumentativo, visto que não só elementos linguísticos são levados em considerações por eles, o que, no caso do Enem, são as cinco competências avaliadas que, ao todo, o caracterizam como um exemplar nota 1000 de um texto dissertativo-argumentativo. Resta dizer que a hipótese (f), quanto à classificação das redações como argumentativas, não foi comprovada com a análise do Tropes, ao contrário, o programa mostrou um resultado diferente do esperado, mas que propiciou questionamentos interessantes à pesquisa.

O Tropes mostrou o uso diversificado de conectores e modalizadores, as quais apareceram em todas as redações, mesmo aquelas em que o percentual de utilização do conector de oposição (o mais utilizado) foi nulo. Essas mesmas redações tiveram percentuais categóricos para conectores de adição. Em relação aos modalizadores, todas as redações utilizaram algum modalizador de intensidade, de modo e de tempo, não tendo nenhuma com percentual nulo. Essa característica demonstra a regularidade no uso desses elementos linguísticos, confirmando os ensinamentos de Koch (2000) e Adam (1992). Esse resultado atende também as especificações contidas no manual *Redação no Enem 2017: cartilha do participante* (BRASIL, 2017, p. 24), especialmente na competência 4, a qual orienta para o

uso de componentes linguísticos que promovam a articulação e o encadeamento de ideias no texto, sendo que a nota máxima dessa competência é aplicada ao candidato que “articula bem as partes do texto e apresenta repertório diversificado de recursos coesivos”. Assim como confirma a hipótese (b) desta pesquisa, com relação aos altos percentuais de conectores e modalizadores presentes nas redações.

Por fim, sobre a hipótese (e), quanto ao universo de referência, a análise da ferramenta demonstra que as redações possuem um vasto universo de referência, indicando um repertório rico de informações que auxiliaram os candidatos a desenvolver a redação sobre o tema daquele ano. O Tropes mostrou que as redações que utilizaram menos universos de referência, somaram 12 conjuntos, assim seus autores mobilizaram conhecimentos de, no mínimo 12 áreas relevantes para o tema para produzirem seus textos, como “vida_humana”, “direito_e_justiça”, “religião_e_mitologia” e “sociedade”. Esse dado pode demonstrar um bom conhecimento de mundo dos participantes, a progressão do tema, a mobilização das áreas do conhecimento para construir seu posicionamento perante o tema, dentre outras. Isso corrobora a hipótese mencionada, como também atende à competência 2 do Enem: “Compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento para desenvolver o tema, dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo em prosa” (BRASIL, 2017, p. 15).

Finalmente, após essas discussões, é seguro dizer que a redação do Enem é um gênero textual com elementos linguísticos prototípicos, pois além de ser uma situação comunicativa com um propósito, atende aos aspectos levantados por Bakhtin quanto à temática, estilo e construção composicional, visto que esse gênero demanda características próprias, como ser um texto dissertativo-argumentativo, utilização de argumentos que suportem a ideia principal, emprego de operadores argumentativo (conectivos e modalizadores), uso da terceira pessoa do singular, são alguns atributos que conferem uma relativa estabilidade a esse gênero. O quadro a seguir sintetiza essas informações, apresentando os elementos linguísticos aqui descritos que são importantes para a redação do Enem.

<i>Categoria</i>	<i>Resultado</i>	<i>Porcentagem</i>	<i>Análise/explicação</i>
Verbos	Factivos	66,0%	Textos argumentativos utilizam mais verbos de ação (ARAÚJO; CUNHA, 2007), assim como os verbos de estados que auxiliam o narrar e comentar os fatos (ANTUNES, 2010). É interessante que os verbos performativos não apareçam, pois, normalmente, são usados para expressar uma ação do autor pela linguagem (prometer, exigir), o que não deve constar em um texto desse gênero, dado o seu caráter impessoal.
	Estativos	31,3%	
	Declarativo	2,7%	
	Performativo	0%	
Conectivos	Oposição	8,8%	A análise mostrou a variedade do uso desses operadores argumentativos, especialmente os de oposição, comparação e condição, como reconhecido por Koch (2000).
	Comparação	8,1%	
	Condição	5,5%	
Modalizadores	Intensidade	28,2%	A diversidade do uso de modalizadores está de acordo com os ensinamentos de Koch (2000), visto que eles são marcas que podem indicar o propósito argumentativo do autor, especialmente os de intensidade e de modo
	Modo	25,4%	
	Tempo	24,6%	
Pronomes	1ª e 2ª p singular	0,0%	A utilização dos pronomes em 3ª pessoa demonstra a impessoalidade no texto, pois apesar de ser um texto no qual o autor precisa defender uma tese, ele deve fazer isso utilizando outras estratégias linguísticas, como a escolha dos argumentos ou escolhas lexicais (conectivos e modalizadores). A alta porcentagem da ênclise (pelo pronome oblíquo -se) também é uma característica do uso da 3ª pessoa.
	1ª e 2ª p plural	0,0%	
	3ª p singular	41,5%	
	3ª p plural	7,4%	
	(-se)	31,9%	
Universos de referências	Mínimo: 12	//	A grande quantidade de universos de referência indica um repertório rico de informações, o que contribui para o desenvolvimento e progressão do texto (ANTUNES, 2010).
	Máximo: 21	//	
	Média: 16,5	//	

QUADRO 4 – SÍNTESE DOS ELEMENTOS LINGUÍSTICOS PROTOTÍPICOS EM REDAÇÕES NOTA 1000 DO ENEM

Fonte: A autora.

É incontestável afirmar também a importância do uso de um analisador automático de textos, o Tropes, para esse tipo de pesquisa, uma vez que seus resultados fundamentaram as análises, fornecendo informações de maneira rápida, prática e precisa, atendendo ao seu objetivo de “garantir pertinência e qualidade na análise de textos” (SEMANTIC-KNOWLEDGE, [s.d], tradução nossa).² O uso dessa ferramenta tecnológica digital contribuiu e muito para o trabalho de pesquisa a partir da funcionalidade de análise coletiva e individual de apanhados de textos, como também forneceu informações que, muitas vezes, em análises manuais poderiam passar despercebidas pelos olhos do investigador, como o recorrente uso

² “Tropes is a Natural Language Processing and Semantic Classification software that guarantees pertinence and quality in Text Analysis”.

nas redações da ênclise, por meio do pronome oblíquo (-se). Contudo, sempre é bom lembrar que o papel do pesquisador é de extrema importância, já que é a partir de sua visão que os dados fornecidos pelo programa se torna informação útil para uma pesquisa, relacionando-os, confrontando-os, descrevendo-os a favor ou contra uma determinada hipótese, teoria ou conceito.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pesquisas em análises e caracterização de gêneros são bastante conduzidas no meio acadêmico, visto a importância que os gêneros textuais possuem, já que eles são a materialização da língua em uso (BAKHTIN, 1997; GARCEZ, 2017). Todavia, realizar esse tipo de trabalho com o auxílio de uma ferramenta linguística computacional traz novas perspectivas para a área (FINATTO, 2017).

Esta pesquisa buscou caracterizar o gênero redação do Enem, por meio dos textos que obtiveram nota 1000 (no processo de 2016 e que foram divulgados na imprensa), com as contribuições de um analisador automático de textos, o Tropes. Para isso, após o levantamento de conceitos referentes ao gêneros, tipos e sequências textuais, bem como à tecnologia, ferramentas computacionais para pesquisa linguística e, em especial, o Tropes, o detalhamento da análise feita pelo *software* das produções foi exposto, a fim de comprovar as hipóteses da recorrência de elementos linguísticos que podem caracterizar esse gênero.

O interessante em utilizar essas redações é que elas fornecem um modelo que deveria ser o prototípico desse gênero, permitindo observar o uso produtivo de elementos linguísticos que são utilizados com frequência. Elas também propiciam um exemplar apropriado para o texto dissertativo-argumentativo, apesar de o *software* classificar a maioria como descritivo, a partir de suas definições e caracterizações próprias, isso comprova o que Coroa (2017) afirmou, que a descrição/exposição, o aprofundamento de um tema, faz parte do texto dissertativo-argumentativo. Ser descritivo não exclui a argumentação, ao contrário, faz parte dela, e, provavelmente, mesmo não tendo predomínio de características que o tornem argumentativos para os algoritmos do *software*, uma análise mais aprofundada da argumentação (técnicas ou tipos de argumentos) poderiam comprovar esse aspecto do texto. Esse, com certeza, foi o entendimento dos avaliadores dos textos, que afirmaram, por meio da nota máxima dada a cada competência de análise das redações, que elas são protótipos ideais do texto dissertativo-argumentativo.

O emprego do *software* Tropes para análise do corpus deste trabalho foi de grande valia, pois ele propicia o estudo tanto individualmente quanto de um conjunto de textos e fornece informações relevantes sobre o seu objeto de investigação, como dados estatísticos das categorias de palavras, que mostra o grande uso, por exemplo, de verbos factivos nas redações. Assim, ele facilita o trabalho de pesquisas com textos, apresentando resultados que, às vezes, poderiam passar despercebidos pelos olhos do pesquisador (ARAÚJO, 2017).

A utilidade dessa ferramenta se estende para outra área, além da pesquisa, ele pode ser utilizado também no ensino. O uso de ferramentas digitais para o ensino é encorajado nos PCNs, que fomentam a aplicação da tecnologia computacional com vistas a “promover passos metodológicos importantes para a sistematização de conhecimentos” (BRASIL, 2002, p. 62). A partir dos resultados oferecidos pelo Tropes, é possível, por exemplo, ao professor, ou ao aluno, questionar as práticas tomadas na construção de uma produção escrita, apontar os possíveis usos das categorias de palavras, identificar os universos de referência utilizados, indagar o propósito comunicativo (narrar, argumentar...). Enfim, ele auxilia o estudo e a aprendizagem desse e de outros gêneros, dado que é importante que o aluno saiba reconhecer aspectos linguísticos que constroem um enunciado ou o propósito comunicativo. Bakhtin (1997) já afirmava isso em seus estudos, quando assegurava que se a criação de gêneros acontecesse a cada novo ato linguístico, a inteligibilidade da comunicação estaria comprometida.

Os PCNs (BRASIL, 2002, p. 55) esclarecem que o ensino da língua portuguesa deve buscar

desenvolver no aluno seu potencial crítico, sua percepção das múltiplas possibilidades de expressão lingüística, sua capacitação como leitor efetivo dos mais diversos textos representativos de nossa cultura. Para além da memorização mecânica de regras gramaticais ou das características de determinado movimento literário, o aluno deve ter meios para ampliar e articular conhecimentos e competências que possam ser mobilizadas nas inúmeras situações de uso da língua com que se depara.

Portanto, uma ferramenta que possibilite ao aluno perceber e compreender novos conhecimentos linguísticos que o auxiliem a desenvolver sua competência comunicativa deve ser incentivada e empregada ao ensino. Wachowicz (2010, p. 23) também assevera que para se entender o discurso é preciso entender a língua, porque as “situações sociais proporcionam determinadas escolhas gramaticais pelos indivíduos” para expressarem seus propósitos, assim a autora defende que para que essas escolhas sejam feitas de forma assertiva, é necessário que o discurso, os enunciados, a língua sejam estudados e ensinados.

Para encerrar este trabalho, é considerável apontar algumas sugestões para pesquisas posteriores, que poderão se aprofundar em temas como o estudo de outros gêneros textuais com o auxílio do *software*, a investigação ou comparação entre produções do gênero redação do Enem que sejam consideradas prototípicas e aquelas que não tiveram, segundo os avaliadores, uma boa classificação. Outra proposta que poderia ser trabalhada mais a fundo é a utilização de outros *softwares* em paralelo com o Tropes, confrontando seus resultados

(como as análises do Tropes e do Linguakit). Todavia, o importante é que o estudo e a pesquisa sobre linguística e tecnologia sejam cada vez mais incitados e promovidos no ambiente acadêmico. Sem dúvida, estamos certos de que este trabalho contribuiu para isso.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Antônio Soares. *A arte de argumentar: gerenciando razão e emoção*. São Paulo: Ateliê, 2001.
- ACETIC; SEMANTIC-KNOWLEDGE; CYBERLEX. *Tropes (Versão 7.2.3) [software]*. s.d. Disponível em [para download]: <<https://www.semantic-knowledge.com/download2.htm>>.
- ADAM, Jean-Michel. *Les textes: types et prototypes*. Paris: Éditions Nathan, 1992.
- ANTUNES, Irlandé. *Análise de textos: fundamentos e práticas*. São Paulo: Parábola, 2010.
- AQUINO, Maria de Fátima de Souza. A coesão na tessitura textual: avaliação do emprego dos recursos coesivos. In: GARCEZ, Lucília Helena do Carmo; CORRÊA, Vilma Reche (Orgs.). *Textos dissertativo-argumentativos: subsídios para a qualificação de avaliadores*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2017.
- ARAUJO, Fabiano de Carvalho; CUNHA, Maria Angélica Furtado da. A estrutura argumental dos verbos de ação. *PublICa III*, v. 3, n. 1, p. 28-35, 2007. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/publica/article/view/106>>. Acesso em: 05 jun. 2018.
- ARAUJO, Leandro Silveira de. O gênero entrevista radiofônica em comunidades hispânicas: um aporte da Análise Textual Automática. *Domínios de Linguagem*, Uberlândia, v. 11, n. 2, p. 289-312, abr./jun. 2017.
- BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- _____. *Os gêneros do discurso*. Organização, tradução, pós-fácio e notas de Paulo Bezerra; notas da edição russa de Serguei Botcharov. 1. ed. São Paulo: Editora 34, 2016.
- BARTON, David; LEE, Carmen. *Linguagem online: textos e práticas digitais*. Trad. Milton Camargo Mota. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2015.
- BOFF, Odete Maria B.; KÖCHE, Vanilda Salton; MARINELLO, Adiane Fogali. *Leitura e produção textual: gêneros textuais do argumentar e do expor*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
- BONINI, Adair. A noção de sequência textual na análise pragmático-textual de Jean-Michel Adam. In: MEURER, J. L.; BONINI, Adair; MOTTA-ROTH, Désirée (Orgs.). *Gêneros: teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola, 2005.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais Ensino Médio (+)*. Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais: linguagens, códigos e suas tecnologias. Brasília: MEC/SEF, 2002.
- _____. Inep. *Conheça o Enem*. 2017. Disponível em: <https://enem.inep.gov.br/#/antes?_k=8m7jqv>. Acesso em: 14 set. 2017.
- _____. Inep. *Redação no Enem 2017: cartilha do participante*. Brasília: Daeb/Inep/MEC, 2017.

COROA, Maria Luiza. O texto dissertativo-argumentativo. In: GARCEZ, Lucília Helena do Carmo; CORRÊA, Vilma Reche (Orgs.). *Textos dissertativo-argumentativos: subsídios para a qualificação de avaliadores*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2017.

COULMAS, Florian. *Escrita e sociedade*. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2014.

DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987.

FERREIRA, Anise A. G. As possibilidades de uso de ferramentas da informática: *software* para análise de dados qualitativos e ISD. *Calidoscópio*, Unisinos, v. 5, n. 3, p. 168-176, set./dez. 2007.

FINATTO, Maria José B. Apresentação: descrição dos gêneros textuais/discursivos com apoio computacional. *Domínios de Linguagem*, Uberlândia, v. 11, n. 2, p. 282-288, abr./jun. 2017.

FIORIN, José Luiz. *Argumentação*. São Paulo: Contexto, 2015.

GAMALLO, Pablo; GARCIA, Marcos. LinguaKit: uma ferramenta multilingue para a análise linguística e a extração de informação. *Linguamática*, v. 9, n. 1, p. 19-28, jul. 2017. Disponível em: <<http://www.linguamatica.com/index.php/linguamatica/article/view/v9n1p2/391>>. Acesso em: 20 maio 2018.

GARCEZ, Lucília Helena do Carmo. Gênero e tipo de texto. In: GARCEZ, Lucília Helena do Carmo; CORRÊA, Vilma Reche (Orgs.). *Textos dissertativos-argumentativos: subsídios para qualificação de avaliadores*. Brasília: Inep, 2017.

KOCH, Ingedore G. Villaça. *Argumentação e linguagem*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

_____; FÁVERO, Leonor Lopes. Contribuição a uma tipologia textual. *Letras & Letras*, Uberlândia, v. 3, n. 1, 1987.

LEIA redações nota mil do Enem 2016. *G1*, abr. 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/leia-redacoes-nota-mil-do-enem-2016.ghtml>>. Acesso em: 25 out. 2017.

MITTMANN, Adiel et al. DLNotes 2: anotações digitais como apoio ao ensino. In: Congresso Brasileiro de Informática na Educação, II; Simpósio Brasileiro de Informática na Educação, XXIV. 2013, Campinas, São Paulo. *Anais...* Campinas, São Paulo: SBC, 2013.

NILC - Núcleo Institucional de Linguística Computacional/USP. *ReGra*. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.nilc.icmc.usp.br/nilc/projects/regra.htm>>. Acesso em: 20 maio 2018.

PERELMAN, Ch. *L' empire rhétorique: rhétorique et argumentation*. 2. ed. Paris: Philosophique J. Vrin, 1988.

SANTOS JUNIOR, Jário José dos; PAIVA, Ranilson Oscar Araújo; PINTO, Ig Ibert Bittencourt Santana. Avaliação automática de atividades escritas baseada em algoritmo genético e processamento de linguagem natural: avaliador ortográfico-gramatical. In: SILVA, Rafael de Amorim; SIQUEIRA, Sean Wolfgang Matsui. *Anais dos Workshops do IV Congresso Brasileiro de Informática na Educação 2015*. Maceió, AL: SBC, 2015. Disponível em: <<http://www.br-ie.org/pub/index.php/wcbie/article/view/5936>>. Acesso em 25 maio 2018.

SEIDLER, Elaine Monteiro. *Ferramenta de leitura DLNotes 2: sua aplicabilidade na educação a distância (EAD)*. 2014. 43f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

SEMANTIC-KNOWLEDGE. *Text analysis, qualitative analysis & text mining*. s.d. Disponível em: <<https://www.semantic-knowledge.com/tropes.htm>>. Acesso em: 05 jun. 2018.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. *Metodologia da pesquisa e elaboração da dissertação*. Florianópolis: UFSC / PPGEF / LED, 2000.

VARGAS, Milton. Prefácio. In: GRINSPUN, Mírian P. S. Zippin (Org.). *Educação tecnológica: desafios e perspectivas*. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2009.

VIEIRA, Renata; LIMA, Vera Lúcia S. de. Linguística computacional: princípios e aplicações. In: Ana Teresa Martins; Díbio Leandro Borges (Org.). *Jornada de Atualização em Inteligência Artificial, Anais do XXI Congresso da Sociedade Brasileira de Computação*. v. 3. Fortaleza, CE: SBC, 2001.

WACHOWICZ, Teresa Cristina. *Análise linguística nos gêneros textuais*. Curitiba: Ibpex, 2010.

ANEXOS

ANEXO 1 - PROPOSTA DE REDAÇÃO DO ENEM 2016

TEXTOS MOTIVADORES

TEXTO I

Em consonância com a Constituição da República Federativa do Brasil e com toda a legislação que assegura a liberdade de crença religiosa às pessoas, além de proteção e respeito às manifestações religiosas, a laicidade do Estado deve ser buscada, afastando a possibilidade de interferência de correntes religiosas em matérias sociais, políticas, culturais etc.

Disponível em: www.mpsj.mp.br. Acesso em: 21 maio 2016 (fragmento).

TEXTO II

O direito de criticar dogmas e encaminhamentos é assegurado como liberdade de expressão, mas atitudes agressivas, ofensas e tratamento diferenciado a alguém em função de crença ou de não ter religião são crimes inafiançáveis e imprescritíveis.

STECK, J. Intolerância religiosa é crime de ódio e fere a dignidade. *Jornal do Senado*. Acesso em: 21 maio 2016 (fragmento).

TEXTO III

CAPÍTULO I

Dos Crimes Contra o Sentimento Religioso
Ultraje a culto e impedimento ou perturbação de ato a ele relativo

Art. 208 - Escarnecer de alguém publicamente, por motivo de crença ou função religiosa; impedir ou perturbar cerimônia ou prática de culto religioso; vilipendiar publicamente ato ou objeto de culto religioso:

Pena - detenção, de um mês a um ano, ou multa.

Parágrafo único - Se há emprego de violência, a pena é aumentada de um terço, sem prejuízo da correspondente à violência.

BRASIL. Código Penal. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 21 maio 2016 (fragmento).

TEXTO IV



*até jul 2014

Fonte: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República

Disponível em: www1.folha.uol.com.br. Acesso em: 31 maio 2016 (adaptado).

PROPOSTA DE REDAÇÃO

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema "Caminhos para combater a intolerância religiosa no Brasil", apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

ANEXO 2 - REDAÇÕES NOTA 1000 (1 A 16)

Redação 1

Tolerância na prática

A Constituição Federal de 1988 – norma de maior hierarquia no sistema jurídico brasileiro – assegura a todos a liberdade de crença. Entretanto, os frequentes casos de intolerância religiosa mostram que os indivíduos ainda não experimentam esse direito na prática. Com efeito, um diálogo entre sociedade e Estado sobre os caminhos para combater a intolerância religiosa é medida que se impõe.

Em primeiro plano, é necessário que a sociedade não seja uma reprodução da casa colonial, como disserta Gilberto Freyre em “Casa-Grande Senzala”. O autor ensina que a realidade do Brasil até o século XIX estava compactada no interior da casa-grande, cuja religião era católica, e as demais crenças – sobretudo africanas – eram marginalizadas e se mantiveram vivas porque os negros lhe deram aparência cristã, conhecida hoje por sincretismo religioso. No entanto, não é razoável que ainda haja uma religião que subjugu as outras, o que deve, pois, ser repudiado em um estado laico, a fim de que se combata a intolerância de crença.

De outra parte, o sociólogo Zygmunt Bauman defende, na obra “Modernidade Líquida”, que o individualismo é uma das principais características – e o maior conflito – da pós-modernidade, e, conseqüentemente, parcela da população tende a ser incapaz de tolerar diferenças. Esse problema assume contornos específicos no Brasil, onde, apesar do multiculturalismo, há quem exija do outro a mesma postura religiosa e seja intolerante àqueles que dela divergem. Nesse sentido, um caminho possível para combater a rejeição à diversidade de crença é desconstruir o principal problema da pós-modernidade, segundo Zygmunt Bauman: o individualismo.

Urge, portanto, que indivíduos e instituições públicas cooperem para mitigar a intolerância religiosa. Cabe aos cidadãos repudiar a inferiorização das crenças e dos costumes presentes no território brasileiro, por meio de debates nas mídias sociais capazes de desconstruir a prevalência de uma religião sobre as demais. Ao Ministério Público, por sua vez, compete promover ações judiciais pertinentes contra atitudes individualistas ofensivas à diversidade de crença. Assim, observada a ação conjunta entre população e poder público, alçará o país a verdadeira posição de Estado Democrático de Direito.

Redação 2

Segundo a atual Constituição Federal, o Brasil é um país de Estado laico, ou seja, a sociedade possui o direito de exercer qualquer religião, crença ou culto. Entretanto, essa liberdade religiosa encontra-se afetada, uma vez que é notório o crescimento da taxa de violência com relação à falta de tolerância às diferentes crenças. Assim, diversas medidas precisam ser tomadas para tentar combater esse problema, incitando uma maior atenção do Poder Público, juntamente com os setores socialmente engajados, e das instituições formadoras de opinião.

Nesse contexto, vale ressaltar que a intolerância religiosa é um problema existente no Brasil desde séculos passados. Com a chegada das caravelas portuguesas, as quais trouxeram os padres jesuítas, os índios perderam a sua liberdade de crença e foram obrigados, de maneira violenta, a se converter ao catolicismo, religião a qual era predominante na Europa. Além disso, os africanos escravizados que aqui se encontravam também foram impedidos de praticar seus cultos religiosos, sendo punidos de forma desumana caso desrespeitassem essa imposição. Atualmente, constata-se que grande parcela da população brasileira herdou essa forma de pensar e de agir, tratando pessoas que acreditam em outras religiões de maneira desrespeitosa e, muitas vezes, violenta, levando instituições públicas e privadas à busca de soluções para reverter isso.

Sob esse viés, ressalta-se que algumas ações já foram realizadas, como a criação da lei de proteção ao sentimento religioso e à prática de diferentes cultos. Entretanto, as medidas tomadas até então não são suficientes para inibir essa problemática, uma vez que a fraca punição aos criminosos e a falta de conscientização da sociedade são alguns dos principais motivos que ocasionam a persistência de atos violentos em decorrência da intolerância religiosa. Outrossim, a falta de comunicação dos pais e das escolas com os jovens sobre esse assunto é um agravante do problema, aumentando as possibilidades destes agirem de maneira desrespeitosa.

Diante disso, para combater a intolerância religiosa, cabe ao Governo intensificar esforços, criando leis específicas e aumentando o tempo de punição para quem comete qualquer tipo de violência devido à religião. Ademais, é necessária a criação de campanhas midiáticas governamentais de conscientização, com o apoio da imprensa socialmente engajada, e a divulgação destas através dos diversos meios de comunicação e das redes sociais, que mostrem a importância do respeito à liberdade de escolha e às diferentes crenças,

uma vez que o Brasil é um país com inúmeros grupos e povos, cada um com seus costumes. Além disso, a participação das instituições formadoras de opinião é de grande importância para a educação dos jovens com relação ao respeito às diferentes religiões, com as escolas realizando palestras e seminários sobre o assunto e as famílias intensificando os diálogos em casa.

Redação 3

O Período Colonial do Brasil, ao longo dos séculos XVI e XIX, foi marcado pela tentativa de converter os índios ao catolicismo, em função do pensamento português de soberania. Embora date de séculos atrás, a intolerância religiosa no país, em pleno século XXI, sugere as mesmas conotações de sua origem: imposições de dogmas e violência. No entanto, a lenta mudança de mentalidade social e o receio de denunciar dificultam a resolução dessa problemática, o que configura um grave problema social.

Nesse contexto, é importante salientar que, segundo Sócrates, os erros são consequência da ignorância humana. Logo, é válido analisar que o desconhecimento acerca de crenças diferentes influi decisivamente em comportamentos inadequados contra pessoas que seguem linhas de pensamento opostas. À vista disso, é interessante ressaltar que, em algumas religiões, o contato com perspectivas de outras crenças não é permitido. Ainda assim, conhecer a lei é fundamental para compreender o direito à liberdade de dogmas e, portanto, para respeitar as visões díspares.

Além disso, é cabível enfatizar que, de acordo com Paulo Freire, um seu livro "Pedagogia do Oprimido", é necessário buscar uma "cultura de paz". De maneira análoga, muitos religiosos, a fim de evitar conflitos, hesitam em denunciar casos de intolerância, sobretudo quando envolvem violência. Entretanto, omitir crimes, ao contrário do que se pensa, significa colaborar com a insistência da discriminação, o que funciona como um forte empecilho para resolução dessa problemática.

Sendo assim, é indispensável a adoção de medidas capazes de assegurar o respeito religioso e o exercício de denúncia. Posto isso, cabe ao Ministério da Educação, em parceria com o Ministério da Justiça, implementar aos livros didáticos de História um plano de aula que relacione a aculturação dos índios com a intolerância religiosa contemporânea, com o fito de despertar o senso crítico nos alunos; e além disso, promover palestras ministradas por defensores públicos acerca da liberdade de expressão garantida pela lei para que o respeito às diferentes posições seja conquistado. Ademais, a Polícia Civil deve criar uma ouvidoria

anônima, tal como uma delegacia especializada, de modo a incentivar denúncias em prol do combate à problemática.

Redação 4

A Constituição nacional prevê a liberdade de credo e de expressão religiosa, sendo crimes de intolerância considerados graves e de pena imprescritível. No entanto, é comum ouvir piadas sobre "macumbeiros" e, em alguns casos, violência física contra praticantes do candomblé. O combate dessas atitudes pressupõe uma análise histórica e educacional.

Por razões diacrônicas, certas religiões são estigmatizadas como "inferiores". No Período Colonial brasileiro, era nítida a preocupação dos jesuítas e da Coroa Portuguesa em "cristianizar" os indígenas e, posteriormente, os negros africanos. Em "Casa Grande e Senzala", o sociólogo Gilberto Freyre defende que a cultura foi formada nestes três pilares: nativo, colonizador e escravo. De fato, a resistência dos índios e dos negros rendeu uma herança imaterial híbrida, contudo, a tradição etnocentrista permanece. A sociedade, muitas vezes, repete visões preconceituosas, pois ainda não houve um efetivo pensamento crítico, uma conscientização que contrariasse o senso comum.

O ensino formal também corrobora a problemática. As escolas, por serem o espaço de formação cidadã do indivíduo, deveriam estar abertas para amplas discussões e para promoção de valores coletivos. Não é o que se vê, por exemplo, no privilégio da religião cristã – ensaios teatrais natalinos, homenagem a santos e a anjos – em detrimento das restantes. A grade curricular também não explora de forma profunda as matrizes culturais afrobrasileiras (as mais discriminadas), como a umbanda (uma fusão do cristianismo, do espiritismo e dos orixás negros).

Tendo em vista a desconstrução da herança etnocentrista, cabe à sociedade civil (desde estudiosos ativistas a familiares) incentivar o pluralismo e a tolerância religiosa, através de palestras e de núcleos culturais gratuitos em praças públicas. Por outro lado, são necessárias ações do Estado na defesa de festivais escolares afrobrasileiros e na reforma da grade curricular de História e de Sociologia, por meio da formação de comissões especiais na Câmara dos Deputados, com participação de especialistas na área de Educação, objetivando a uma educação mais aberta e democrática. Assim, será possível formar cidadãos que entendam, que respeitem e que se orgulhem de sua cultura.

Redação 5

Embora seja direito assegurado a todos os cidadãos pela Constituição Federal, a liberdade religiosa não é garantida de modo isonômico aos brasileiros. Ora velada, ora implícita, a intolerância quanto ao diferente faz parte da realidade do país. Infelizmente, o desconhecimento da população em relação ao processo de formação da nação e a falta de punição sob os que atentam contra a religião do próximo impedem que o respeito à diversidade cultural brasileira seja consolidado.

Segundo os sociólogos da chamada “Geração de 30”, muito importantes para o desenvolvimento da antropologia no país, o Brasil é formado por uma fricção interétnica. Isto é, desde os tempos da colonização, diferentes culturas compartilham o mesmo território. Contudo, tal interação não ocorre de forma harmônica, uma vez que a persistência do pensamento eurocêntrico do século XVI, que considera os costumes de outros povos como inferiores, gera a intolerância religiosa dos dias atuais. Inquestionavelmente, o preconceito quanto às culturas minoritárias ainda é muito marcante no país, o que é responsável por quadros de violência e por conflitos sociais. O caso de apedrejamento de uma menina de onze anos vestida com trajes típicos do candomblé, ocorrido no Rio de Janeiro, é prova da falta de respeito de parte dos brasileiros às diferentes culturas que formam o país.

De modo análogo, a certeza da impunidade faz com que crimes de ódio continuem acontecendo. Consoante aos ideais liberais de John Locke, as leis brasileiras caracterizam-se pelo respeito às liberdades individuais, o que é, sem dúvidas, uma grande conquista dos brasileiros. Todavia, o que é proposto pela legislação não é colocado em prática integralmente, contribuindo, assim, para o crescimento do preconceito no país. O crescente número de denúncias relacionadas à intolerância religiosa, constatadas pela Secretaria dos Direitos Humanos, comprova que uma parcela da população brasileira ainda não tem acesso à plena liberdade de culto e religião.

A fim de garantir, portanto, a equidade na garantia de direitos à população, são necessárias transformações na sociedade brasileira. O Ministério da Educação, primeiramente, deve inserir à matriz curricular estudantil debates e estudos antropológicos acerca do processo de formação do país, de modo a valorizar a participação das mais variadas culturas na composição da identidade brasileira. Ademais, cabe ao Ministério do Desenvolvimento Social a realização de palestras, sarais e exposições que exaltem a importância do respeito à diversidade religiosa do Brasil. Por fim, cabe às Secretarias de Segurança Pública a criação de delegacias especializadas na investigação de crimes que envolvam a intolerância religiosa, de

modo a intensificar o combate a tal preconceito. Afinal, somente com a cooperação entre Estado e sociedade será possível lutar contra a intolerância, um mal que ameaça o Brasil.

Redação 6

O Brasil foi formado pela união de diversas bases étnicas e culturais e, conseqüentemente, estão presentes em também várias religiões. Entretanto, nem essa diversidade nem a liberdade religiosa garantida pela Constituição Cidadã faz com que o país seja respeitoso com as diferentes crenças. Fazendo uma analogia com a filosofia kantiana, a intolerância existente pode ser vista como o resultado de fatores inatos ao indivíduo com o que foi incorporado a partir das experiências vividas.

Em primeiro lugar, é notória a dificuldade que há no homem em aceitar o diferente, principalmente ao se tratar de algo tão pessoal como a religião. Prova disso é a presença da não aceitação das crenças alheias em diferentes regiões e momentos históricos, como no Império Romano antigo, com as perseguições aos cristãos, na Europa medieval, com as Cruzadas e no atual Oriente Médio, com os conflitos envolvendo o Estado Islâmico. Também pode-se comprovar a existência da intolerância religiosa pela frase popular “religião não se discute”, que propõe ignorar a temática para evitar os conflitos evidentes ao se tratar do assunto. Desse modo, nota-se que a intolerância não se restringe a um grupo específico e é, de certa forma, natural ao ser humano, o que, porém, não significa que não pode e deve ser combatida.

Além da intolerância inata ao homem, há fatores externos que intensificam o problema. No cenário brasileiro, o processo colonizador e seus legados, que perduram até hoje, são os principais agravantes desse preconceito. Desde a chegada dos europeus no país, as religiões diferentes da oficial são discriminadas. Logo no início da colonização, o processo de catequização dos nativos foi incentivado, o que demonstra o desrespeito com as religiões indígenas, e, décadas depois, com o início do tráfico negreiro, houve também perseguição às religiões afro-brasileiras e a construção de uma imagem negativa acerca delas. Toda essa mentalidade perpetuou-se no ideário coletivo brasileiro e, apesar das ameaças legais, faz com que essas religiões sejam as mais afetadas pela intolerância atualmente.

É necessário, pois, que se reverta a mentalidade retrógrada e preconceituosa predominante no Brasil. Para tal, o Estado deve veicular campanhas de conscientização, na TV e na internet, que informem a população sobre a diversidade religiosa do país e a necessidade de respeitá-las. Estas campanhas também podem, para facilitar a detecção e o

combate ao problema, divulgar contatos para denúncia de casos de intolerância religiosa. Concomitantemente, é fundamental o papel da escola de pregar a tolerância já que, segundo Immanuel Kant, “o homem é aquilo que a educação faz dele”. Portanto, a escola deve promover palestras sobre as diferenças crenças do país, ministradas por especialistas nas áreas ou por membros dessas religiões, a fim de quebrar estereótipos, preconceitos e tornar os jovens mais tolerantes."

Redação 7

Prática religiosa um direito de todos

A curiosidade humana acerca do desconhecido e a sua incapacidade de explicá-lo através da razão fez com que, desde os primórdios, o homem atribuísse acontecimentos do seu cotidiano à vontade de seres sobrenaturais. Apesar dos avanços científicos e de suas respostas lógicas para fatos da realidade, as crenças em divindades perpassaram a história e continuam muito presentes nas sociedades, talvez por suprirem a necessidade humana de reconforto, talvez por levarem à transcendência espiritual. Atualmente, a grande diversidade religiosa existente traz a possibilidade de escolha a cada cidadão e essa liberdade é, ou deveria ser, garantida a todos os membros de uma população. Contudo, práticas de intolerância religiosa vêm impedindo um número cada vez maior de pessoas de exercitarem tal direito, ferindo sua dignidade e devendo, portanto, serem combatidas veementemente.

O contexto histórico brasileiro indubitavelmente influencia essa questão. A colonização portuguesa buscou catequizar os nativos de acordo com a religião europeia da época: a católica. Com a chegada dos negros africanos, décadas depois, houve repressão cultural e, conseqüentemente, religiosa que, infelizmente, perpetua até os dias de hoje. Prova disso é o caso de uma menina carioca praticante do candomblé que, em junho de 2015, foi ferida com pedradas, e seus acompanhantes, alvos de provocações e xingamentos. Ainda que a violência verbal, assim como a física, vá contra a Constituição Federal, os agressores fugiram e, como em outras ocorrências, não foram punidos.

Além disso, é importante destacar que intolerância religiosa é crime de ódio: não é sobre ter a liberdade de expressar um descontentamento ou criticar certa crença, mas sim sobre a tentativa de imposição, a partir da agressão, de entendimentos pessoais acerca do assunto em detrimento dos julgamentos individuais do outro sobre o que ele acredita ser certo ou errado para sua própria vida.

Tal visão etnocêntrica tem por consequência a falta de respeito para com o próximo, acarretando em episódios imprescritíveis e humilhantes para aqueles que os vivenciam. Conclui-se, então, que o combate à discriminação religiosa é de suma importância para que se assegure um dos direitos mais antigos a todas as pessoas e, por conseguinte, seu bem-estar.

Para isso, é preciso que os órgãos especializados, em parceria às delegacias de denúncia, ajam de acordo com a lei, investigando e punindo os agressores de forma adequada. Ademais, o governo deve promover campanhas contra condutas de intolerância e as escolas devem gerar debates, informando seus alunos sobre o tema e desconstruindo preconceitos desde cedo. Por fim, a mídia pode abordar a intolerância religiosa como assunto de suas novelas, visto que causa forte impacto na vida social. Assim, o respeito será base para a construção de um Brasil mais tolerante e preocupado com a garantia dos direitos humanos de sua população."

Redação 8

O Brasil é um país com uma das maiores diversidades do mundo. Os colonizadores, escravos e imigrantes foram essenciais na construção da identidade nacional, e também, trouxeram consigo suas religiões. Porém, a diversidade religiosa que existe hoje no país entra em conflito com a intolerância de grande parte da população e, para combater esse preconceito, é necessário identificar suas causas, que estão relacionadas à criação de estereótipos feita pela mídia e à herança do pensamento desenvolvido ao longo da história brasileira.

Primeiramente, é importante lembrar que o ser humano é influenciado por tudo aquilo que ouve e vê. Então, quando alguém assiste ou lê uma notícia sobre políticos da bancada evangélica que são contra o aborto e repudiam homossexuais, esse alguém tende a pensar que todos os seguidores dessa religião são da mesma maneira. Como já disse Adorno, sociólogo que estudou a Indústria Cultural, a mídia cria certos estereótipos que tiram a liberdade de pensamento dos espectadores, forçando imagens, muitas vezes errôneas, em suas mentes. Retomando o exemplo dos evangélicos, de tanto que são ridicularizados por seus costumes e crenças na televisão e na internet e pelos jornais destacarem a opinião de uma parte dos seguidores dessa religião, criou-se um modelo do "típico evangélico", que é ignorante, preconceituoso e moralista, o que, infelizmente, foi generalizado para todos os fiéis.

Além disso, percebe-se que certos preconceitos estão enraizados no pensamento dos brasileiros há muito tempo. Desde as grandes navegações, por exemplo, que os portugueses

chamavam alguns povos africanos de bruxos. Com a vinda dos escravos ao Brasil, a intolerância só aumentou e eles foram proibidos de praticarem suas religiões, tendo que se submeter ao cristianismo imposto pelos colonos. É por isso que as práticas das religiões afro-brasileiras são vistas como "bruxaria" e "macumba" e seus fieis são os que mais denunciam atos de discriminação (75 denúncias entre 2011 e 2014).

Portanto, é possível dizer que, mesmo existindo o artigo 208 do código penal, que pune os crimes de intolerância religiosa, ela ainda é muito presente. Para combatê-la, é preciso acabar com os estereótipos, ensinando desde cedo a respeitar todas as religiões. Então, o governo federal deve deixar obrigatória para todos os colégios (públicos e privados) a disciplina Ensino Religioso durante o Ensino Fundamental. Outro caminho é o incentivo das prefeituras para que a população conheça as religiões como elas realmente são, e não a imagem criada pela mídia nem aquela herdada desde a época colonial, promovendo visitas aos centros religiosos, palestras e programas na televisão e no rádio.

Redação 9

O ser humano é social: necessita viver em comunidade e estabelecer relações interpessoais. Porém, embora intitulado, sob a perspectiva aristotélica, político e naturalmente sociável, inúmeras de suas antiéticas práticas corroboram o contrário. No que tange à questão religiosa no país, em contraposição à laicização do Estado, vigora a intolerância no Brasil, a qual é resultado da consonância de um governo inobservante à Constituição Federal e uma nação alienada ao extremo.

Não obstante, apesar de a formação brasileira ser oriunda da associação de díspares crenças, o que é fruto da colonização, atitudes preconceituosas acarretam a incrível continuidade de constantes ataques a religiões, principalmente de matriz africana. Diante disso, a união entre uma pátria cujo obsoleto ideário ainda prega a supremacia do cristianismo ortodoxo e um sistema educacional em que o estudo acerca das disparidades religiosas é escasso corrobora a cristalização do ilegítimo desrespeito à religiosidade no país.

Sob essa conjectura, a tese marxista disserta acerca da inescrupulosa atuação do Estado, que assiste apenas a classe dominante. Dessa forma, alienados pelo capitalismo selvagem e pelos subvertidos valores líquidos da atualidade, os governantes negligenciam a necessidade fecunda de mudança dessa distópica realidade envolta na intolerância religiosa no país. Assim, as nefastas políticas públicas que visem a coibir o vilipêndio à crença – ou descrença, no caso do ateísmo – alheia, como o estímulo às denúncias, por exemplo,

fomentam a permanência dessas incoerentes práticas no Brasil. Porém, embora caótica, essa situação é mutável.

Convém, portanto, que, primordialmente, a sociedade civil organizada exija do Estado, por meio de protestos, a observância da questão religiosa no país. Desse modo, cabe ao Ministério da Educação a criação de um programa escolar nacional que vise a contemplar as diferenças religiosas e o respeito a elas, o que deve ocorrer mediante o fornecimento de palestras e peças teatrais que abordem essa temática. Paralelamente, ONGs devem corroborar esse processo a partir da atuação em comunidades com o fito de distribuir cartilhas que informem acerca das alternativas de denúncia dessas desumanas práticas, além de sensibilizar a pátria para a luta em prol da tolerância religiosa.

Redação 10

No meio do caminho tinha uma pedra

No limiar do século XXI, a intolerância religiosa é um dos principais problemas que o Brasil foi convidado a administrar, combater e resolver. Por um lado, o país é laico e defende a liberdade ao culto e à crença religiosa. Por outros, as minorias que se distanciam do convencional se afundam em abismos cada vez mais profundos, cavados diariamente por opressores intolerantes.

O Brasil é um país de diversas faces, etnias e crenças e defende em sua Constituição Federal o direito irrestrito à liberdade religiosa. Nesse cenário, tomando como base a legislação e acreditando na laicidade do Estado, as manifestações religiosas e a disseminação de ideologias fora do padrão não são bem aceitas por fundamentalistas. Assim, o que deveria caracterizar os diversos "Brasis" dentro da mesma nação é motivo de preocupação.

Paradoxalmente ao Estado laico, muitos ainda confundem liberdade de expressão com crimes inafiançáveis. Segundo dados do Instituto de Pesquisa da USP, a cada mês são registrados pelo menos 10 denúncias de intolerância religiosa e destas 15% envolvem violência física, sendo as principais vítimas fieis afro-brasileiros. Partindo dessa verdade, o então direito assegurado pela Constituição e reafirmado pela Secretaria dos Direitos Humanos é amputado e o abismo entre oprimidos e opressores torna-se, portanto, maior.

Parafraseando o sociólogo Zygmund Bauman, enquanto houver quem alimente a intolerância religiosa, haverá quem defenda a discriminação. Tomando como norte a máxima do autor, para combater a intolerância religiosa no Brasil são necessárias alternativas

concretas que tenham como protagonistas a tríade Estado, escola e mídia. O Estado, por seu caráter socializante e abarcativo deverá promover políticas públicas que visem garantir uma maior autonomia religiosa e através dos 3 poderes deverá garantir, efetivamente, a liberdade de culto e proteção; a escola, formadora de caráter, deverá incluir matérias como religião em todos os anos da vida escolar; a mídia, quarto poder, deverá veicular campanhas de diversidade religiosa e respeito às diferenças. Somente assim, tirando as pedras do meio do caminho, construir-se-á um Brasil mais tolerante.

Redação 11

Existem, atualmente, diversos conflitos religiosos no mundo, fato que pode ser exemplificado pelas ações do Estado Islâmico, que utiliza uma visão radical do islamismo sunita. Nesse contexto, percebe-se que tal realidade de intolerância também ocorre no Brasil, um país com dimensões continentais e grande diversidade religiosa. Assim, tornam-se progressivamente mais comuns episódios de violência motivados pela religião, o que é contraditório, visto que o Brasil é laico e a Constituição de 1988 garante a liberdade de crença das diferentes manifestações culturais. Portanto, medidas que alterem essa situação devem ser adotadas.

A globalização é um processo que tende à homogeneização, à cultura de massa. No entanto, ainda existem diversas formas de expressão cultural e artística, assim como de manifestações religiosas. Dessa maneira, surge na população um preconceito latente, que pode evoluir e motivar a prática de atos violentos pelo indivíduo. Essa situação pode ser considerada reflexo da visão etnocêntrica de parte da sociedade, que considera seus costumes e crenças superiores aos hábitos dos demais. A educação brasileira, que, na maioria das vezes, é altamente conservadora, agrava a questão.

Também é válido ressaltar que o aumento na eleição de políticos conservadores e que assumem uma postura radical na defesa de suas ideologias dificulta a diminuição da intolerância religiosa no Brasil. A ausência de representantes das minorias religiosas impede a implantação de políticas afirmativas e que garantam, de fato, a potencialização da tolerância e da igualdade na manifestação das diversas crenças. Como, segundo Marilena Chauí, a democracia é baseada na igualdade, liberdade e participação, percebe-se que a não participação de toda a sociedade na política, aliada à frágil liberdade religiosa, dificultam a existência de um regime democrático pleno no Brasil.

Portanto, é necessária a criação de cotas, ação que deve ser feita pelo poder público, que garantam a presença de representantes das diversas expressões religiosas na política, o que permitiria a aprovação de medidas afirmativas que reduziriam a intolerância no Brasil. Além disso, é válida a implantação de espaços de discussão nas escolas, direcionadas aos pais e alunos, sobre a diversidade de expressões culturais, o que conscientizaria os futuros cidadãos sobre a legitimidade de cada manifestação religiosa e diminuiria a visão etnocêntrica presente nos indivíduos. Por fim, deve haver a criação de campanhas nas redes sociais, realizadas pela sociedade civil, que amenizem o preconceito presente na população, o que conduziria a uma sociedade progressivamente mais justa, igualitária e democrática.

Redação 12

É notória a necessidade de ir de encontro à intolerância religiosa no país vigente. Diante disso, averigua-se, desde o período da colonização brasileira, um esforço etnocêntrico de catequização dos indígenas nativos, como forma de suprimirem suas crenças politeístas. Tal processo de aculturação e subjugo acometeu também os negros africanos, durante todo contexto histórico de escravidão, os quais foram, não raro, coisificados e abominados por suas religiões e cultos. Por essa razão, faz-se necessário pautar, no século XXI, o continuismo desse preconceito religioso e dos desdobramentos dessa faceta caótica.

Segundo Immanuel Kant, em sua teoria do Imperativo Categórico, os indivíduos deveriam ser tratados, não como coisas que possuem valor, mas como pessoas que têm dignidade. Partindo desse pressuposto, nota-se que a sociedade brasileira, decerto, tem ido de encontro ao postulado filosófico, uma vez que há uma valoração negativa às crenças de caráter não tradicionais, conforme a mentalidade arcaica, advinda de uma herança histórico-cultural, como o Candomblé, o espiritismo e o Islamismo. Tal realidade é ratificada ao se destacar a agressão física e moral oriunda de um movimento promovido pelo Pastor Lucinho, no Rio de Janeiro, o qual incitou um levante contra a manifestação religiosa do Candomblé, segundo notícia da Folha de São Paulo. Por essa razão, torna-se inegável a discriminação velada e, não raro, explícita existente contra às diversas religiões no Brasil.

Como desdobramento dessa temática e da carência de combate às díspares formas de intolerância religiosa, faz-se relevante ressaltar a garantia de liberdade de culto estabelecida na Constituição de 1988. Nesse sentido, de acordo com o Artigo 5º da Carta, todos os indivíduos são iguais perante a lei, sem distinção de nenhuma natureza, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de assegurar a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade e

à segurança. O que se nota, pois, na contemporaneidade, é a inoperância desse direito constitucional e do cumprimento da laicidade estatal, haja vista a mínima expressividade desse Estado, ainda em vigor, no que tange à proteção do cidadão e à legitimidade da livre manifestação religiosa no país.

Por tudo isso, faz-se necessária a intervenção civil e estatal. O Estado, nesse contexto, carece de fomentar práticas públicas, tal como a inserção na grade curricular do conteúdo "Moral e Ética", por meio do engajamento pedagógico às disciplinas de Filosofia e Sociologia, a fim de que seja debatido a temática do respeito às manifestações religiosas e que seja ressignificado a mentalidade arcaica no que tange à tolerância às religiões. É imperativo, ainda, que a população, em parceria com as escolas, promovam eventos plurissignificativos e seminários, por meio de campanhas de caráter popular, para que diversos líderes religiosos orientem os civis, sem tabus e esteriótipos, sobre suas crenças, de modo a mitigar a intolerância religiosa de modo efetivo. Só assim, o país tornar-se-á mais plural e justo.

Redação 13

Superando antigos estigmas

O Darwinismo social, ideal surgido no século XIX, calcava-se na ideia de que existem culturas superiores às outras. O preconceito, então, passou a ter um viés científico, numa tentativa de justificar a dominação de indivíduos menos favorecidos. No entanto, mesmo sendo uma ideia antiga, ainda encontra respaldo em diversas ações humanas, como os constantes casos de intolerância religiosa no Brasil, cujos efeitos contribuem para a dissolução da coletividade e prejudicam o desenvolvimento do ser.

Em primeiro plano, vale ressaltar que a população brasileira apresenta muitos resquícios da época da escravatura, a qual teve como sustentáculo o eurocentrismo, que recusava os valores de povos considerados primitivos. A parte disso, a identidade nacional formou-se ignorando expressões culturais de índios e negros, por exemplo, fator responsável por marginalizar determinados indivíduos e perpetuar o ódio ao desconhecido. Desse modo, atos de repressão e discriminação a religiões ferem a liberdade de repressão e podem gerar um "círculo vicioso" de segregação social, nocivos à sociedade democrática.

Outro fator importante reside no fato de que as pessoas estão vivendo tempos de "modernidade líquida", conceito proposto pelo sociólogo Zygmunt Bauman, o qual evidencia o imediatismo das relações sociais. Atualmente, pode-se notar que o fluxo de informações

ocorre em grande velocidade, fenômeno que muitas vezes dificulta uma maior reflexão acerca dos dados recebidos, acostumando o ser a apenas utilizar o conhecimento prévio. O indivíduo, então, quando apresentado a outras ideologias, tem dificuldade em respeitá-las, uma vez que sua formação pessoal baseou-se somente em uma esfera de vivência, o que pode comprometer o convívio social e o pensamento crítico.

Fica evidente, portanto, que a intolerância religiosa precisa ser combatida. Como forma de garantir isso, cabe ao Ministério da Cultura, em parceria com grandes canais de comunicação de concessão estatal, desenvolver campanhas publicitárias que estimulem o respeito às diferentes vertentes religiosas, como forma de garantir a coletividade do corpo social. Ademais, cabe ao Ministério da Educação, em conjunto com prefeituras, para um amplo alcance, o estabelecimento de aulas de sociologia, dentre outras, que permitam a apresentação de diferentes religiões, a fim de contribuir para o desenvolvimento pessoal e o pensamento crítico. Assim, a sociedade brasileira poderá garantir o exercício da cidadania todos os setores sociais e, finalmente, ultrapassar antigos paradigmas.

Redação 14

É mais fácil desintegrar um átomo que um preconceito”. Com essa frase, Albert Einstein desvelou os entraves que envolvem o combate às diversas formas de discriminação existentes na sociedade. Isso inclui a intolerância religiosa, comportamento frequente que deve ser erradicado do Brasil.

Desde a colonização, o país sofre com imposições religiosas. Os padres jesuítas eram trazidos pelos portugueses para catequizar os índios, e a religião que os nativos seguiam – a exaltação da natureza – era suprimida. Além disso, a população africana que foi trazida como escrava também enfrentou fortes repressões ao tentar utilizar sua religião como forma de manutenção cultural. É relevante notar que, ainda hoje, as religiões afro-brasileiras são os maiores alvos de discriminação, com episódios de violência física e moral veiculados pelas mídias com grande frequência.

Concomitantemente, ainda que o Brasil tenha se tornado um Estado laico, com uma enorme diversidade religiosa devido à grande miscigenação que o constituiu, o respeito pleno às diferentes escolhas de crença não é realidade. A palavra religião tem sua origem em “religare”, que significa ligação, união em torno de um propósito; entretanto, ela tem sido causa de separação, desunião. Mesmo que legislações, como a Constituição Federal e a

Declaração Universal dos Direitos Humanos, já prevejam o direito à liberdade de expressão religiosa, enquanto não houver amadurecimento social não haverá mudança.

Por tudo isso, é imprescindível que todos os segmentos sociais unam-se em prol do combate à intolerância religiosa no Brasil. Assim, cumpre ao governo efetivar de maneira mais plena as leis existentes. Ademais, cabe às escolas e às famílias educarem as crianças para que, desde cedo, aprendam que têm o direito de seguir suas escolhas, mas que devem ser tolerantes e respeitar as crenças do outro, afinal, como disse Nelson Mandela, “a educação é a arma mais poderosa para mudar o mundo”. Dessa forma, assim com a desintegração de um átomo tornou-se simples na atualidade, preconceitos poderão ser quebrados.

Redação 15

A locomotiva de Marx

De acordo com Albert Camus, escritor argelino do século XX, se houver falhas na conciliação entre justiça e liberdade, haverá intempéries de amplo espectro. Nesse sentido, a intolerância religiosa no Brasil fere não somente preceitos éticos e morais, mas também constitucionais estabelecidos pela Carta Magna do país. Dessa forma, observa-se que a liberdade de crença nacional reflete um cenário desafiador seja a partir de reflexo histórico, seja pelo descumprimento de cláusulas pétreas.

Mormente, ao avaliar a intolerância religiosa por um prisma estritamente histórico, nota-se que fenômenos decorrentes da formação nacional ainda perpetuam na atualidade. Segundo Albert Einstein, cientista contemporâneo, é mais fácil desintegrar um átomo do que um preconceito enraizado. Sob tal ótica, é indubitável que inúmeras ojerizas religiosas, presentes no Brasil hodierno possuem ligação direta com o passado, haja vista os dogmas católicos amplamente difundidos no Brasil colônia do século XVI. Assim, criou-se ao longo da historiografia, mitos e concepções deturpadas de religiões contrárias ao catolicismo, religião oficial da época, instaurou-se, por conseguinte, o medo e as intolerâncias ao diferente. Desse modo, com intuito de atenuar atos contrários a prática da religiosidade individual, cabe ao governo, na figura do Ministério da Educação, a implementação na grade curricular a disciplina de teorias religiosas, mitigando defeito histórico.

Além disso, cabe ressaltar que a intolerância às crenças burla preceitos constitucionais. Nessa perspectiva, a Constituição Brasileira promulgada em 1988, após duas décadas da Ditadura Militar, transformou a visão dos cidadãos perante seus direitos e deveres. Contudo,

quase 20 anos depois de sua divulgação, a liberdade de diversos indivíduos continua impraticável. À vista de tal preceito, a intolerância religiosa configura-se uma chaga social que demanda imediata resolução, pois fere a livre expressão individual. Dessa maneira, cabe ao Estado, como gestor dos interesses coletivos, a implementação de delegacias especializadas de combate ao sentimento desrespeitoso e, até mesmo violento, às crenças religiosas.

Destarte, depreende-se que raízes históricas potencializam atos inconstitucionais no Brasil. Torna-se imperativo que o Estado, na figura do Poder Legislativo, desenvolva leis de tipificação como crime hediondo aos atos violentos e atentados ao culto religioso. Ademais, urge que a mídia, por meio de novelas e seriados, transmita e propague a diversidade religiosa, com propósito de elucidar e desmistificar receios populacionais. Outrossim, a escola deve realizar debates periódicos com líderes religiosos, a fim de instruir, imparcialmente, seus alunos acerca da variabilidade e tolerância religiosa. Apenas sob tal perspectiva, poder-se-á respeitar a liberdade e combater a intolerância de crença no Brasil, pois como proferido por Karl Marx: as inquietudes são a locomotiva da nação.

Redação 16

Profecia futurística

Em meados do século passado, o escritor austríaco Stefan Zweig mudou-se para o Brasil devido à perseguição nazista na Europa. Bem recebido e impressionado com o potencial da nova casa, Zweig escreveu um livro cujo título é até hoje repetido: “Brasil, país do futuro”. Entretanto, quando se observa a deficiência das medidas na luta contra a intolerância religiosa no Brasil, percebe-se que a profecia não saiu do papel. Nesse sentido, é preciso entender suas verdadeiras causas para solucionar esse problema.

A princípio, é possível perceber que essa circunstância deve-se a questões políticas-estruturais. Isso se deve ao fato de que, a partir da impunidade em relação a atos que manifestem discriminação religiosa, o seu combate é minimizado e subproveitado, já que não há interferência para mudar tal situação. Tal conjuntura é ainda intensificada pela insuficiente laicidade do Estado, uma vez que interfere em decisões políticas e sociais, como aprovação de leis e exclusão social. Prova disso, é, infelizmente, a existência de uma “bancada evangélica” no poder público brasileiro. Dessa forma, atitudes agressivas e segregacionistas devido ao preconceito religioso continuam a acontecer, pondo em xeque o

direito de liberdade religiosa, o que evidencia falhas nos elementos contra a intolerância religiosa brasileira.

Outrossim, vale ressaltar que essa situação é corroborada por fatores socioculturais. Durante a formação do Estado brasileiro, a escravidão se fez presente em parte significativa do processo; e com ela vieram as discriminações e intolerâncias culturais, derivadas de ideologias como superioridade do homem branco e darwinismo social. Lamentavelmente, tal perspectiva é vista até hoje no território brasileiro. Bom exemplo disso são os índices que indicam que os indivíduos seguidores e pertencentes das religiões afro-brasileiras são os mais afetados. Dentro dessa lógica, nota-se que a dificuldade de prevenção e combate ao desprezo e preconceito religioso mostra-se fruto de heranças coloniais discriminatórias, as quais negligenciam tanto o direito à vida quanto o direito de liberdade de expressão e religião.

Torna-se evidente, portanto, que os caminhos para a luta contra a intolerância religiosa no Brasil apresentam entraves que necessitam ser revertidos. Logo, é necessário que o governo investigue casos de impunidade por meio de fiscalizações no cumprimento de leis, abertura de mais canais de denúncia e postos policiais. Além disso, é preciso que o poder público busque ser o mais imparcial (religiosamente) possível, a partir de acordos pré-definidos sobre o que deve, ou não, ser debatido na esfera política e disseminado para a população. Ademais, as instituições de ensino, em parceria com a mídia e ONGs, podem fomentar o pensamento crítico por intermédio de pesquisas, projetos, trabalhos, debates e campanhas publicitárias esclarecedoras. Com essas medidas, talvez, a profecia de Zweig torne-se realidade no presente.